



## EDITAL

**CONCORRÊNCIA Nº 90005/2026**

**Processo Administrativo nº 20260206002**

Torna-se público que o **ITUPIRANGA/PA**, Estado do Pará, através da PREFEITURA MUNICIPAL, sediada a **Avenida 14 de Julho, S/N, Centro. Itupiranga-Pará. CEP 68580-000, ITUPIRANGA/PA**, realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, com o critério de julgamento **MENOR PREÇO** no modo de disputa **ABERTO** nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Local: Portal de Compras do Governo Federal – [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)

Unidade Administrativa do Governo Federal (UASG): **980531**

Data da sessão: 02 de março de 2026.

Horário: 14:00 horas, (Horário de Brasília).

### 1. DO OBJETO

1.1.O objeto da presente licitação é a **EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EM ESTRADAS VACINAIS NO MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA/PA EM CONFORMIDADE AO CONVÊNIO 979517/2025 – [TRANSFEREGOV.BR](http://TRANSFEREGOV.BR) Nº 047737/2025, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA/MAPA E O MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA/PA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

### 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis

pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado as disposições deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.7.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.7.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.43.4 ou 3.73.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e



3.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.14. O valor final mínimo ou final máximo parametrizado na forma do item 3.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração, agente de contratação ou de sua desconexão.

3.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor total do item;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.



4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Órgão Competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1,00 (um) real.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.



5.11. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “**ABERTO**”, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.



5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2. empresas brasileiras;

5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.4. O agente de contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, que envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada de composição de custos unitários constando obrigatoriamente os quantitativos de material, todos os elementos e informações necessárias ao julgamento objetivo da proposta e mão-de-obra observando-se os pisos salariais das categorias envolvidas, composição da curva “abc” dispondo sobre insumos e serviços, composição de encargos sociais contendo todos os itens que a compõem, com seus respectivos percentuais, composição de BDI (bonificação e despesas indiretas) contendo todos os itens que a compõem, com seus respectivos percentuais, e quando for o caso acompanhada, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;

5.20.5. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e



6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com as disposições deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. contiver vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.



6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1. O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, contendo todos os elementos e informações necessárias ao julgamento objetivo da proposta, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), inclusive da composição da curva “abc” dispondo sobre insumos e serviços, com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.11.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação, destacam-se também os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.14. Caso o Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

6.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Projeto Básico.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.1. Os documentos previstos no Projeto Básico, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.8.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do e-mail [licitacaoitupiranga@gmail.com](mailto:licitacaoitupiranga@gmail.com), de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.8.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.9. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.11. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação.

7.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.12. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).



7.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 8. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

8.2. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.3. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.9. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.22. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.22.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.22.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.22.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.22.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

8.23. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação comprovação de patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação ou do valor total estimado da parcela pertinente ou do item pertinente.

8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

#### **Qualificação Técnica**

8.25. A habilitação quanto à qualificação econômico/financeira deverá ser comprovada pelos seguintes documentos:

8.25.1. Certidão de registro ou inscrição junto ao CREA/CAU, da Contratada, dentro do prazo de vigência e com jurisdição sobre a sede da licitante.

8.25.2. Certidão de registro ou inscrição junto ao CREA/CAU, do responsável técnico da empresa licitante, dentro do prazo de vigência.

8.25.3. Atestado de visita, caso a empresa tenha vistoriado o local onde serão executados os serviços, expedido pela Secretaria Municipal de Planejamento e Defesa Civil, através do servidor competente, comprovando que a licitante realizou a visita técnica, através de representante credenciado da empresa, o local onde se realizará a obra/serviços.

8.25.4. Declaração Própria para aquelas licitantes que optarem por não realizar a vistoria técnica no local da obra, declarando ciência da localização, condições, características e complexidades técnicas e locais que envolvem a execução do objeto e elaboração da proposta de preços a ser apresentada na sessão desta licitação, comprometendo-se, se vencedora, a executar o objeto para o qual foi vencedora conforme descreve o Projeto Básico, o Instrumento Convocatório, seus Anexos e Sub Anexos.

8.25.5. Comprovação da capacitação técnico-operacional, mediante a apresentação de um ou mais atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado devidamente identificadas, expedido em nome da empresa licitante. Tais atestados deverão estar vinculados e acompanhados da respectiva Certidão de Acervo Técnico - CAT dos Responsáveis Técnicos neles indicados, para fins de comprovação da execução de obra de engenharia de características semelhantes ao objeto desta licitação, compatíveis em características, prazos e cujos quantitativos correspondam, no mínimo, a 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância da obra, especificadas na Planilha de Itens de Maior Relevância – *Subanexo C*.

8.25.5.1. O(s) responsável(is) técnico(s) deverão, obrigatoriamente, pertencer ao quadro permanente do licitante, na data prevista para a entrega da proposta. A comprovação do vínculo do(s) profissional(ais) qualificado(s) com a licitante poderá ser feita por meio de:



a) Na condição de empregado, por meio de cópia autenticada ou original da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS do profissional, Livro de Registro de Empregado, Contrato de Prestação de Serviço ou outro documento comprobatório de vínculo empregatício, previsto na legislação que rege a matéria.

b) No caso de profissional autônomo, por meio de cópia autenticada do Contrato ou Pré-Contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum.

c) No caso de sócio, por meio do Ato Constitutivo e alterações (Estatuto/Contrato Social etc.), bem ainda, com a Certidão de Registro do licitante no CREA/CAU onde deverá constar o nome do profissional indicado.

8.25.6. Apresentação de Declaração de Disponibilidade, de que o licitante fornecerá máquinas, materiais e todo o aparelhamento necessário para a realização da obra.

8.25.7. Apresentação de Declaração de Responsabilidade, de que manterá o(s) profissional(ais) indicado(s) como responsável(eis) técnico(s), na direção e execução dos trabalhos no local da obra/serviços até a sua inteira conclusão.

8.25.7.1. O(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) pela proponente deverão assinar, obrigatoriamente, sob pena de inabilitação técnica, o termo de autorização/anuência contido na Declaração de Responsabilidades, ressalvada a hipótese de o(s) Responsável(eis) técnico(s) referir-se à pessoa do seu representante legal.

8.25.7.2. O(s) atestado(s) e/ou certidão (ões) de capacidade técnica exigidos neste capítulo deverão constar, conforme o caso:

a) Nome do Contratado e do Contratante;

b) Identificação do contrato (tipo ou natureza da obra);

c) Localização da obra;

d) Nome do Responsável Técnico;

e) Descritivos ou estar acompanhados das planilhas descritivas de quantitativos e qualitativos, evidenciando claramente os itens objeto da capacidade técnico-operacional e técnico-profissional.

## **9. DOS RECURSOS**

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.



9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede da Avenida 14 de Julho, S/N, Centro. Itupiranga-Pará. CEP 68580-000, ITUPIRANGA/PA.

## **10. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.



### **Preposto**

10.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

10.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### **Fiscalização**

10.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### **Fiscalização Técnica**

10.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

10.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

10.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

10.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

10.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

10.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

#### **Fiscalização Administrativa**

10.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

10.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para



que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

### **Gestor do Contrato**

10.17. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

10.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

10.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

10.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

10.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

10.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

10.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **11. DO CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

11.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

11.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

11.1.1.1. não produzir os resultados acordados,



11.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

11.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

#### **Do recebimento**

11.2. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

11.2.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

11.2.2. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

11.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

11.3.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

11.3.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

11.3.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

11.3.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

11.3.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

11.3.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

11.3.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última

e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

11.3.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

11.3.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

11.3.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste edital e seus anexos, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

11.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

11.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

11.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

11.5.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

11.5.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

11.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

11.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.





11.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

11.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

11.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

11.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

11.10. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

11.12. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

11.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

11.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.



11.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

11.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

11.18. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

11.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

11.20. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Regime de execução**

11.24. O regime de execução do contrato será de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

## 12. DA ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo estimado total da contratação é de: 1.180.154,01 (um milhão, cento e oitenta mil, cento e cinquenta e quatro reais um centavo), conforme custos unitários apostos a planilha de formação de preços anexo deste edital.

## 13. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas para aquisição do objeto desta Licitação correrão à conta de dotação orçamentária:

| ÓRGÃO REQUISITANTE                       | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA                         | PROJETO ATIVIDADE                                      | CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA                                 | SUBELEMENTO   |
|--|--|--|---|---|
| 02<br>Prefeitura Municipal de Itupiranga | 04<br>Secretaria Municipal de Infraestrutura | 1.016<br>Implantação e Manutenção de Estradas Vicinais | 3.3.90.39.00<br>Obras Serviços de Terc. Pessoa Jurídica | 3.3.90.39.21<br>Manutenção e Conservação de Estradas e vias |

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.5. fraudar a licitação

14.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.6.1. induzir deliberadamente a erro no julgamento;



- 14.1.6.2. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 14.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 14.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 14.2.1. advertência;
- 14.2.2. multa;
- 14.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 14.8. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.12. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte e-mail [licitacaoitupiranga@gmail.com](mailto:licitacaoitupiranga@gmail.com).

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.





16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, bem como a responsabilidade de acompanhar a sessão pública inclusive aos cumprimentos e atendimento de prazo concedido durante a realização do certame pela Administração, sistema, pregoeiro ou agente de contratação, seja para envio de anexos (documentações, propostas e outros) ou para convocações necessárias a negociação e esclarecimentos.

16.7. A Administração não será, em nenhum caso, responsável por custos referente a elaboração de propostas, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório, nem tampouco pela perda de negócio do licitante quando deixar de observar ou atender as exigências contidas neste edital e seus anexos, inclusive aos respectivos prazos.

16.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.11. Em caso de divergência entre o Sistema de Compras do Governo Federal (comprasgov) e as disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.12.

16.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), e-mail: [licitacaoitupiranga@gmail.com](mailto:licitacaoitupiranga@gmail.com), no portal dos Jurisdicionados do Tribunal de contas dos Municípios do Estado do Pará/PA e também poderão ser obtidos no endereço Avenida 14 de Julho, S/N, Centro. Itupiranga-Pará. CEP 68580-000, ITUPIRANGA/PA, nos dias úteis, no horário das 08: 00 horas às 13:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados

16.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.14.1. ANEXO I – Memorial Descritivo/ Projeto Básico

16.14.2. ANEXO II - Planilha Orçamentária



16.14.2.1. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

ITUPIRANGA/PA, 09 de fevereiro de 2026.

**EMANOELLE PEREIRA**  
Agente de Contratação





## ANEXO I

### MEMORIAL DESCRITIVO/ PROJETO BÁSICO





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPIRANGA/PA**

## **MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE  
ITUPIRANGA/PA**

**ITUPIRANGA/PA  
FEVEREIRO DE 2026**

## SUMÁRIO

|          |   |           |
|----------|---|-----------|
| <b>1</b> | <b>DEFINIÇÃO DO OBJETO .....</b>                      | <b>3</b>  |
| 1.1      | DESCRIÇÃO DO OBJETO .....                             | 3         |
| 1.2      | PRAZO DE CONTRATO .....                               | 4         |
| <b>2</b> | <b>MAPA DE LOCALIZAÇÃO .....</b>                      | <b>4</b>  |
| 2.1      | RELATÓRIO FOTOGRÁFICO.....                            | 5         |
| 2.2      | BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO ..... | 14        |
| <b>3</b> | <b>DEFINIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.....</b>         | <b>15</b> |
| 3.1      | NORMAS E MANUAIS APLICÁVEIS.....                      | 15        |
| 3.2      | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS.....        | 15        |
| <b>4</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                      | <b>23</b> |



## **1 DEFINIÇÃO DO OBJETO**

### **1.1 DESCRIÇÃO DO OBJETO**

O projeto de manutenção e conservação de estradas vicinais tem como finalidade assegurar condições adequadas de segurança e trafegabilidade, beneficiando diretamente o transporte de produtos agropecuários e promovendo o desenvolvimento econômico e social da população rural. A execução dos serviços compreenderá terraplenagem, revestimento primário, compactação mecânica e drenagem superficial, constituindo infraestrutura essencial para a mobilidade e para a redução de riscos no deslocamento de veículos e pedestres.

O melhoramento das vias de acesso visa integrar as regiões beneficiadas às malhas rodoviárias municipais, estaduais e federais, garantindo conexões eficientes entre os núcleos rurais e os centros urbanos. Tais ações, já consolidadas em experiências bem-sucedidas de programas de infraestrutura em comunidades carentes, demonstram impactos positivos no fortalecimento socioeconômico local.

A execução desta obra decorre da necessidade premente de implantação e adequação da infraestrutura básica, de modo a fortalecer a organização social e produtiva das comunidades atendidas, assegurando às famílias de agricultores condições adequadas de mobilidade, acesso a serviços públicos e escoamento de sua produção.

Dessa forma, o melhoramento da estrada vicinal configura-se como uma ação estratégica para suprir as demandas das comunidades locais, possibilitando tráfego mais eficiente, integração territorial e desenvolvimento socioeconômico sustentável da região.

## 1.2 PRAZO DE CONTRATO

O prazo de execução do objeto será de 04 meses (120 dias), contados a partir da emissão da ordem de serviço, conforme o cronograma físico-financeiro aprovado pela fiscalização. Há a possibilidade de prorrogação por até 04 meses (120 dias). Os prazos de que tratam este item, poderão ser prorrogados nos termos dos artigos 105 e 111 da Lei nº 14.133/2021, condicionada ao ateste da fiscalização de que as condições, e os preços permanecem vantajosos para a Administração.

## 2 MAPA DE LOCALIZAÇÃO

- **Coordenadas de início do trecho:** 5°15'55.79"S; 49°18'56.50"O;
- **Coordenadas do final do trecho:** 5°18'29.60"S; 49°32'1.95"O;
- **Extensão:** 33.000,00 metros ou 33,00 quilômetros.

## 2.1 RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



Figura 01: Mapa de localização da estrada vicinal a ser recuperada.

Trecho único



Figura 02: Situação do trecho inicial da estrada que sofrerá intervenção.  
Coordenadas geográficas: 5°16'13.39"S; 49°19'14.65"O.



Figura 03: Situação do trecho inicial da estrada que sofrerá intervenção.  
Coordenadas geográficas: 5°15'56.44"S; 49°18'56.89"O.



Figura 04: Situação do trecho meio da estrada que sofrerá intervenção.  
Coordenadas geográficas: 5°18'8.12"S; 49°25'57.38"O.



Figura 05: Situação do trecho meio da estrada que sofrerá intervenção.  
Coordenadas geográficas: 5°18'36.73"S; 49°25'1.70"O.





Figura 06: Situação do trecho meio da estrada que sofrerá intervenção.  
Coordenadas geográficas: 5°18'51.01"S; 49°28'11.06"O.



Figura 07: Situação do trecho meio da estrada que sofrerá intervenção.  
Coordenadas geográficas: 5°19'11.37"S; 49°31'25.01"O.



Figura 08: Situação do trecho meio da estrada que sofrerá intervenção.  
Coordenadas geográficas: 5°16'13.39"S; 49°19'14.68"O.



Figura 09: Situação do trecho meio da estrada que sofrerá intervenção.  
Coordenadas geográficas: 5°16'54.03"S; 49°21'32.98"O.



Figura 10: Situação do trecho meio da estrada que sofrerá intervenção.  
Coordenadas geográficas: 5°17'35.60"S; 49°22'36.52"O.



Figura 11: Situação do trecho meio da estrada que sofrerá intervenção.  
Coordenadas geográficas: 5°17'33.39"S; 49°22'49.91"O.



Figura 12: Situação do trecho meio da estrada que sofrerá intervenção.  
Coordenadas geográficas: 5°18'36.66"S; 49°25'1.70"O.



Figura 13: Situação do trecho meio da estrada que sofrerá intervenção.  
Coordenadas geográficas: 5°18'20.90"S; 49°25'37.47"O.





Figura 14: Situação do trecho meio da estrada que sofrerá intervenção.  
Coordenadas geográficas: 5°18'3.99"S; 49°27'41.48"O.



Figura 15: Situação do trecho meio da estrada que sofrerá intervenção.  
Coordenadas geográficas: 5°18'39.39"S; 49°29'2.79"O.





Figura 16: Situação do trecho meio da estrada que sofrerá intervenção.  
Coordenadas geográficas: 5°18'34.94"S; 49°29'24.53"O.

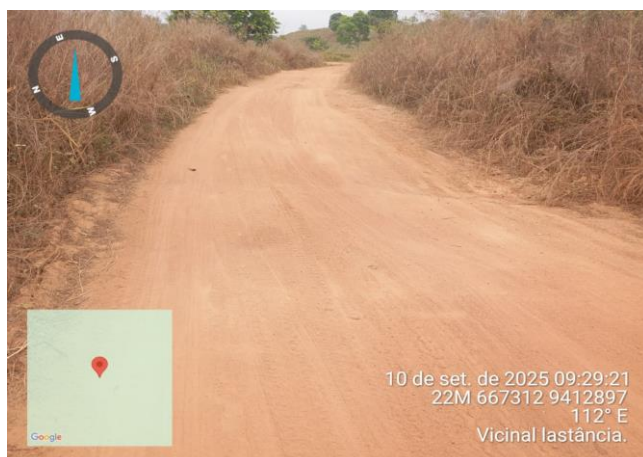


Figura 17: Situação do trecho meio da estrada que sofrerá intervenção.  
Coordenadas geográficas: 5°18'34.94"S; 49°29'24.54"O.

## **2.2 BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO**

A manutenção das estradas vicinais com revestimento primário representa uma ação de caráter essencial para o fortalecimento da infraestrutura rural e para a promoção do desenvolvimento regional sustentável. Sua execução proporciona melhoria da acessibilidade e da mobilidade, permitindo que o tráfego se desenvolva de forma mais segura e fluida, garantindo à população rural maior facilidade no acesso a serviços básicos como saúde, educação e comércio.

Do ponto de vista econômico, a conservação adequada das vias contribui para a redução dos custos de transporte, uma vez que minimiza o desgaste de veículos, diminui o consumo de combustível e reduz o tempo de deslocamento. Da mesma forma, o melhoramento das condições de tráfego assegura maior eficiência no escoamento da produção agrícola e agropecuária, prevenindo perdas durante o transporte, assegurando a qualidade dos produtos e ampliando a competitividade no mercado.

No aspecto da segurança, a correção de irregularidades no leito carroçável e a manutenção da superfície nivelada reduzem os riscos de acidentes e garantem a transitabilidade mesmo em períodos de elevada pluviosidade, evitando interrupções no tráfego. Além disso, estradas de boa qualidade funcionam como vetores de desenvolvimento econômico local, favorecendo o acesso a novos mercados, a atração de investimentos e a ampliação da capacidade de distribuição por parte de agricultores e pequenos produtores.

A melhoria da infraestrutura viária rural também impacta diretamente na valorização das propriedades adjacentes, agregando benefícios patrimoniais e sociais aos proprietários e moradores. Consequentemente, a população local experimenta ganhos significativos na qualidade de vida, com maior segurança, agilidade nos deslocamentos e acesso facilitado a serviços essenciais.

Em síntese, a manutenção regular de estradas vicinais com revestimento primário configura-se como medida indispensável para assegurar condições de mobilidade, segurança e desenvolvimento socioeconômico, promovendo a integração territorial e fortalecendo a permanência das famílias no campo.

### **3 DEFINIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

O presente Memorial Descritivo tem por finalidade especificar os serviços de manutenção e conservação de estrada vicinal, cuja execução tem como propósito assegurar melhores condições de segurança viária, transitabilidade e durabilidade das vias integrantes da malha rural. A intervenção proposta busca a melhoria da infraestrutura destinada ao transporte de produtos agropecuários e ao deslocamento da população residente na zona rural, garantindo acesso a serviços essenciais e contribuindo de forma direta para o desenvolvimento econômico e social da região.

A execução do objeto permitirá maior acessibilidade, fluidez no tráfego e segurança a motoristas e pedestres, além de minimizar os efeitos adversos provocados por lama e acúmulo de águas pluviais que comprometem a trafegabilidade local. Como resultado, a obra proporcionará melhor qualidade de vida aos moradores, infraestrutura adequada aos produtores rurais, fortalecimento das atividades econômicas locais e ampliação da capacidade produtiva do município.

#### **3.1 NORMAS E MANUAIS APLICÁVEIS**

- **DNIT 007/2003** - ES: Terraplenagem – Execução;
- **DNIT 103/2009** - ES - Drenagem superficial;
- **DNIT Manual de drenagem de rodovias** – IPR – 724.

#### **3.2 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS**

##### **ADMINISTRAÇÃO LOCAL**

##### **1) Administração local de obra**

A Administração local de obra compreende o gerenciamento, supervisão e fiscalização contínua de todos os serviços executados no canteiro, assegurando conformidade com os projetos, especificações técnicas, normas ABNT aplicáveis e

legislação vigente. A equipe mínima é composta por Engenheiro Civil e Encarregado de obra, atuando em dedicação integral.

Dentre as atividades a serem desenvolvidas por esses profissionais, têm-se: coordenação das frentes de serviço; controle de qualidade dos materiais; acompanhamento da execução dos serviços; registro de atividades no Diário de Obra; emissão de relatórios técnicos; análise e aprovação de medições; verificação do cumprimento do cronograma; e implementação das diretrizes de segurança.

- Equipamentos utilizados:

- Trenas eletrônicas e convencionais;
- GPS geodésico ou topográfico;
- Medidores diversos (umidade, densidade, distância);
- Ferramentas de inspeção e EPI completos.

- Critérios de medição e fiscalização:

- Medição efetuada por mês, considerando equipe completa disponibilizada;
- Fiscalização verificará presença diária, relatórios emitidos, controle técnico e atendimento ao cronograma.

## **SERVIÇOS COMPLEMENTARES**

### **1) Mobilização e desmobilização**

A mobilização compreende o transporte e instalação de equipamentos, máquinas, ferramentas, estruturas auxiliares, sinalização de obra e organização do canteiro, incluindo ainda a implantação de acessos provisórios.

A desmobilização consiste na retirada total dos equipamentos, desmontagem das instalações provisórias e limpeza final das áreas ocupadas, restituindo-as às condições exigidas pela fiscalização.

- Equipamentos utilizados:

- Cavalo mecânico com semirreboque para transporte de máquinas pesadas;
- Caminhonetes e utilitários.

- Critérios de medição e fiscalização:

- Medição por unidade (1 mobilização + 1 desmobilização);
- Fiscalização verificará execução completa das atividades, condições do canteiro e retirada de estruturas provisórias.

## **2) Fornecimento e Instalação da placa de obra**

Consiste no fornecimento, confecção e instalação de placa de obra conforme padrão estabelecido pela contratante. A placa deverá ser confeccionada em chapa galvanizada com espessura mínima de 0,65 mm, montada sobre estrutura de madeira de primeira qualidade (tipo eucalipto tratado ou equivalente). A pintura será executada com tinta automotiva ou PU, com aplicação do layout fornecido.

A instalação deve garantir estabilidade ao vento e adequado alinhamento visual.

- Equipamentos utilizados:

- Furadeira/parafusadeira;
- Ferramentas manuais de corte e fixação.

- Critérios de medição e fiscalização:

- Medição por unidade instalada;
- Fiscalização verificará dimensões, qualidade dos materiais, pintura e conformidade com o *layout* aprovado.

Vale ressaltar que a instalação da placa de obra deverá seguir os padrões recomendados pelo manual de uso do governo federal, conforme detalhado na Figura 24.



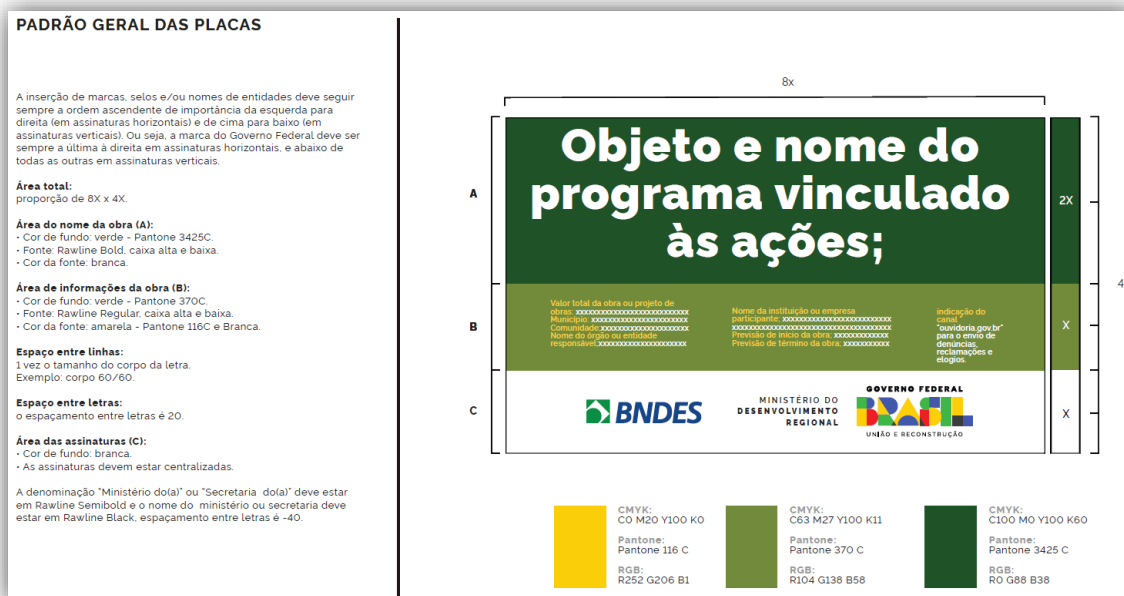


Figura 18: Modelo de placa de Governo Federal.

## TERRAPLENAGEM

### 1) Limpeza mecanizada da camada vegetal

A limpeza mecanizada consiste na remoção da camada superficial orgânica, vegetação rasteira e pequenos arbustos existentes nas áreas das jazidas. O serviço será efetuado mediante raspagem mecânica, respeitando os limites definidos em projeto e evitando danos às áreas externas.

O material removido será depositado em áreas indicadas pela fiscalização para descarte ou reaproveitamento.

#### - Equipamentos utilizados:

- Trator de esteiras;
- Ferramentas manuais complementares.

#### - Critérios de medição e fiscalização:

- Medição em m<sup>2</sup>, conforme previsto em orçamento;
- Fiscalização verificará remoção completa da vegetação.

## **2) Regularização do subleito**

O serviço compreende o nivelamento, conformação geométrica e compactação do subleito da plataforma viária, visando preparar a superfície para o recebimento das demais camadas do pavimento.

A execução da regularização será realizada a partir da limpeza da superfície e da escarificação da camada existente, ajustando-se o teor de umidade para o valor ótimo. O material será então conformado com motoniveladora até atingir o greide previsto e, posteriormente, compactado com rolos adequados até alcançar a densidade exigida, finalizando-se o processo com o acabamento superficial e conferência da regularidade.

- Equipamentos utilizados:

- Motoniveladora;
- Rolo compactador pé-de-carneiro vibratório;
- Caminhão tanque com capacidade de 10.000 L;
- Motoniveladora;
- Trator agrícola sobre pneus;
- Grade de 24 discos.

- Critérios de medição e fiscalização:

- Medição em m<sup>2</sup>, conforme projeto;
- Fiscalização verificará cotas, nivelamento, declividades e seções transversais.

## **3) Desmatamento, destocamento e limpeza de área com árvores de diâmetro até 0,15 m<sup>3</sup>**

O serviço compreende a remoção de vegetação rasteira, arbustos e árvores de pequeno porte, bem como o destocamento e a limpeza total da área, com transporte e

destinação adequada dos resíduos.

Consiste na retirada de solo ou material de jazida previamente aprovada, utilizando escavadeira hidráulica com caçamba de 1,56 m<sup>3</sup>. A operação inclui escavação, carga dos caminhões e conformação local da jazida, mantendo taludes estáveis.

A jazida deve possuir acessos adequados, drenagem mínima e estar licenciada conforme legislação ambiental.

- Equipamentos utilizados:

- Trator sobre esteiras.

- Critérios de medição e fiscalização:

- Medição em m<sup>2</sup> de área desmatada e limpa;
- A fiscalização verificará a completa remoção da vegetação e dos tocos, o atendimento aos limites da área prevista e a conformidade ambiental do serviço.

#### **4) Transporte com Caminhão Basculante com Caçamba Estanque**

O transporte será executado com caminhões basculantes estanques, capacidade nominal de 14 m<sup>3</sup>, trafegando por estradas com revestimento primário. A operação deve garantir vedação da carga, segurança no transporte e respeito aos limites de peso e velocidade.

- Equipamentos utilizados:

- Caminhão basculante com caçamba estanque 14 m<sup>3</sup>;
- EPIs específicos para motoristas e auxiliares;
- Comunicação via rádio ou telefone operacional.

- Critérios de medição e fiscalização:

- Medição em toneladas (t) transportados, considerando volume por viagem;

- Fiscalização regularidade dos veículos e destino da carga.

## **5) Execução de revestimento primário com material de jazida**

O revestimento primário consiste na aplicação de uma camada de material granular proveniente de jazida, devidamente espalhada, nivelada e compactada, garantindo-se densidade mínima correspondente a 100% do Proctor Intermediário. A superfície será finalizada com acabamento adequado, assegurando regularidade longitudinal e transversal.

- Equipamentos utilizados:

- Rolo compactador pé-de-carneiro vibratório;
- Caminhão tanque com capacidade de 10.000 L;
- Caminhão basculante;
- Motoniveladora;
- Trator agrícola sobre pneus;
- Escavadeira hidráulica
- Grade de 24 discos.

- Critérios de medição e fiscalização:

- Medição em m<sup>3</sup> de aterro compactado;
- Fiscalização verificará qualidade visual e conformidade do material, espessura, geometria e acabamento da camada, uniformidade da compactação e regularidade da superfície.

## **DRENAGEM**

### **1) Escavação Mecânica com Retroescavadeira em Material de 1ª Categoria**

A escavação será realizada com retroescavadeira para remoção de material de 1ª categoria, atendendo às cotas e dimensões do projeto/memória de cálculo (anexos). Inclui execução e conformação de saídas d'água e drenos superficiais simples.

O acabamento será realizado manualmente quando necessário, garantindo escoamento adequado das águas.

- Equipamentos utilizados:

- Retroescavadeira de pneus;
- Ferramentas manuais de acabamento.

- Critérios de medição e fiscalização:

- Medição em m<sup>3</sup>, conforme seções e volumes projetados.
- Fiscalização verificará dimensões, profundidades, declividades e conformação das saídas d'água.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A execução da obra deverá obedecer rigorosamente às normas da ABNT, do DNIT, e demais recomendações normativas pertinentes, bem como às diretrizes estabelecidas neste Memorial Descritivo. A empresa contratada declara estar ciente de todas as exigências aqui descritas, comprometendo-se a cumpri-las integralmente, bem como a atender às orientações adicionais que a fiscalização considerar necessárias para a adequada execução dos serviços, de forma a garantir segurança, durabilidade, funcionalidade, acessibilidade e qualidade da obra.

Na existência de divergências entre este memorial, projetos, planilhas ou demais documentos técnicos, prevalecerá sempre o disposto no Memorial Descritivo, sem prejuízo das decisões complementares da fiscalização. A contratada também se responsabiliza pela execução, sem custos adicionais ao contratante, de todos os serviços complementares indispensáveis ao perfeito funcionamento e conclusão da obra, ainda que não previstos explicitamente nos documentos técnicos.

Ao final dos trabalhos, todas as áreas deverão ser entregues limpas, desobstruídas e em condições imediatas de uso.

---

**Lara Maria Valério Lemos**  
Engenheira civil – CREA-PA nº 151743811-0



## PROJETO BÁSICO

# RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA/PA

ITUPIRANGA/PA  
FEVEREIRO DE 2026

## DEMANDANTE

Demandante: **Município de Itupiranga**, através da **Secretaria Municipal de Planejamento e Defesa Civil**.

Responsável: Wagno da Silva Godoi - Prefeito Municipal.

### 1. OBJETO:

**1.1.** O presente projeto básico, tem por objeto: **RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA/PA.**

### 2. DA JUSTIFICATIVA:

**2.1.** O presente Projeto Básico tem por finalidade estabelecer as diretrizes técnicas, os critérios e as atividades a serem observadas na execução dos serviços de Recuperação de Estradas Vicinais no Município de Itupiranga/PA, definindo os parâmetros necessários à adequada execução do objeto a ser contratado no âmbito do processo licitatório.

**2.2.** A presente proposta visa viabilizar a contratação de empresa especializada para a execução de serviços de recuperação e melhoria das condições de trafegabilidade das estradas vicinais do Município de Itupiranga/PA, com o objetivo de promover a adequada funcionalidade da malha viária rural, assegurar a mobilidade da população, garantir o escoamento da produção agrícola, viabilizar o transporte escolar e o acesso regular aos serviços públicos essenciais. A intervenção atende à demanda identificada pela Administração Municipal quanto à necessidade de requalificação da infraestrutura viária rural, contribuindo para o desenvolvimento territorial ordenado e para a melhoria da qualidade de vida das comunidades atendidas.

**2.3.** O projeto contempla a execução de serviços de recuperação viária com a devida infraestrutura complementar, observando rigorosamente as normas técnicas vigentes, em especial as estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, as especificações do DNIT aplicáveis a estradas não pavimentadas e revestimento primário, bem como demais normativos pertinentes. As intervenções compreenderão, conforme a necessidade de cada trecho, serviços de limpeza da faixa de domínio, reconformação do leito estradal, regularização e compactação do subleito, recomposição do revestimento primário, conformação transversal adequada, implantação e/ou readequação de dispositivos de drenagem superficial, tais como valetas, saídas d'água e demais estruturas necessárias à garantia da durabilidade e funcionalidade das vias.

**2.4.** A execução dos serviços justifica-se pelo relevante interesse público, tendo em vista que proporcionará a melhoria das condições de circulação nas áreas rurais, a mitigação de problemas decorrentes de lama, atoleiros, erosões e poeira, especialmente em períodos chuvosos e secos, a redução de custos recorrentes de manutenção emergencial, além de contribuir para a segurança dos usuários e para a preservação das vias. Ademais, a intervenção favorecerá o acesso da população rural aos serviços

de saúde, educação, comércio e demais atividades essenciais, promovendo inclusão social, fortalecimento da atividade produtiva local e geração de emprego e renda durante a execução dos serviços.

**2.5.** Diante do exposto, a contratação de empresa especializada mostra-se necessária, oportuna e plenamente justificada, estando alinhada ao planejamento municipal, às diretrizes de infraestrutura rural e às políticas públicas voltadas à mobilidade, ao desenvolvimento econômico local e à sustentabilidade. Dessa forma, resta devidamente fundamentada a abertura do processo licitatório destinado à execução dos serviços de Recuperação de Estradas Vicinais no Município de Itupiranga/PA.

### **3. DO OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:**

#### **3.1. RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA/PA.**

| ITEM        | DESCRIÇÃO  | VALOR ESTIMADO (R\$)  |
|-------------|--|---|
| 1           | RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA/PA | R\$ R\$ 1.180.154,01<br>(um milhão e cento e oitenta mil e cento e cinquenta e quatro reais e um centavo) |
| TOTAL GERAL |  | R\$ R\$ 1.180.154,01  |

### **4. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:**

**4.1.** A contratação do referido objeto será realizada observando o critério de **Menor Preço, sob regime de empreitada por preço global** em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, Lei Complementar nº 147, de 07.08.2014, Lei Complementar nº 155/2016, de 27.10.2016, Decreto Federal nº 11.317/2022, respectivas alterações, demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas no presente projeto básico, edital e respectivos Anexos.

**4.2.** Os serviços serão prestados na forma de execução indireta, em regime de empreitada por preço global sem prejuízo disposto nos artigos 46 e 92, da Lei nº 14.133/21.

### **5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:**

**5.1.** A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Projeto Básico.

### **6. DO LOCAL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

**6.1.** Fica estabelecido que os serviços objeto desta licitação deva ser executados no seguinte endereço:

**MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA-PA.**

**6.2.** O objeto deverá ser executado no local indicado, cabendo à empresa contratada, o fornecimento de equipamentos, ferramentas, materiais e mão de obra necessária à execução do objeto/obra, e, em conformidade com o respectivo Estudo Técnico Preliminar, planilha quantitativa/orçamentária e cronograma em anexos.

### **6.3. DAS OBRAS/SERVIÇOS A SEREM EXECUTADAS:**

**OBRA/OBJETO:** RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA/PA.

**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA EM ANEXO.**

### **7. DA ESTIMATIVA DE CUSTOS:**

**7.1.** O valor global máximo estimado desta Licitação é de R\$ R\$ 1.180.154,01 (um milhão e cento e oitenta mil e cento e cinquenta e quatro reais e um centavo), conforme planilha orçamentária.

**7.2.** Cada concorrente deverá computar, no preço que cotará todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultados da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes das legislações trabalhista, fiscal e previdenciária a qual sujeita.

**7.3.** A Planilha Orçamentária anexa visa possibilitar a avaliação do custo global da obra para o efeito de estimar-se o valor do objeto em licitação, não vinculando as concorrentes, que poderão adotar outros que respondam pela competitividade e economicidade de sua proposta, atendido os fatores técnicos e critérios de julgamento estabelecidos no ato convocatório.

**7.4.** Os cálculos dos valores dos quantitativos constantes na planilha de custos referentes aos serviços a serem executados tiveram como base as tabelas do SINAPI/PA de agosto/2025, SBC/PA de setembro/2025, SICRO3 de abril/2025, ORSE/SE de junho/2025 e SEDOP/PA de fevereiro/2025, conforme planilha de custos elaborada pela Engenheira Civil: Lara Maria Valério Lemos, CREA/PA nº: 151743811-0.

### **8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DOS RECURSOS:**

**8.1.** As despesas para a contratação deste objeto à conta das dotações orçamentárias consignadas no processo administrativo específico, de acordo com o valor da contratação.

**8.2** Os recursos financeiros somente serão liberados, cumprido o estágio de liquidação da despesa, de acordo com as medições pertinentes à alocação do recurso a ser dispensado no cumprimento dos itens relacionados na Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro.

### **9. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA/SERVIÇOS:**

**9.1** O prazo para a execução e entrega dos serviços será de **06 (seis) meses**, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço, deduzidos os dias determinados em ordem de paralisação, se ocorrer.

**9.2** O prazo de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado, conforme o art. 107 da Lei nº 14.133/2021, mediante termo específico e formalizado de justificativa apresentada pela empresa contratada mediante aprovação justificada e comprovada tecnicamente pela Administração por meio de Termo Aditivo ou outro Ato equivalente, caso seja de interesse da Contratante.

## **10. DA DESCRIÇÃO E EXECUÇÃO DA OBRA E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO:**

**10.1.** Os serviços deverão ser executados rigorosamente de acordo com as normas técnicas bem como estrita obediência a este Projeto Básico/Estudo Técnico Preliminar, edital e demais anexos, todos constantes dos autos, bem como as prescrições e exigências das especificações da Contratante e no contrato a ser firmado.

**10.2.** Deverão ser considerados, para perfeito entendimento dos serviços a serem executados, os elementos e especificações técnicas contidas no específico processo administrativo de autuação.

**10.3.** A execução do contrato será acompanhada, conforme o caso, nos termos do Art. 6º e 25º da Lei nº 14.133/2021.

**10.4.** A aceitação de qualquer serviço pela fiscalização está vinculada ao rigor da boa técnica construtiva e aos elementos especificados, projetos e memorial descritivo. A aceitação de serviços básicos fica diretamente ligada à conferência da equipe da Contratante.

**10.5.** A seu critério, a Contratante, poderá exigir a demolição para reconstrução de qualquer parte da obra/serviços, caso tenha sido executada com imperícia técnica comprovada ou em desacordo com o projeto, normas e especificações próprias e Determinações da Fiscalização, nos termos do artigo 119, da Lei nº 14.133/2021, o que correrá inteiramente às expensas da licitante Contratada.

**10.6.** A Contratada se responsabilizará pelo fornecimento e manutenção de um **Diário de Obra** permanentemente disponível para lançamentos no local da obra, sendo que, a manutenção, aquisição e guarda serão de sua inteira responsabilidade, além da disponibilização do diário de obra ao Engenheiro Fiscal da Contratante responsável pela fiscalização. Devendo ser observadas as condições descritas neste Projeto Básico e no Edital.

**10.7.** Além das anotações obrigatórias sobre os serviços em andamento e os programados, a Contratada deverá recorrer ao Diário de Obra, sempre que surgirem quaisquer improvisações, alterações técnicas ou serviços imprevistos decorrentes de acidentes, ou condições especiais.

**10.7.1. Serão obrigatoriamente registrados no Diário de Obra:**

#### **10.7.1.1. Pela Contratada:**

- a) As condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos;
- b) As falhas nos serviços de terceiros não sujeito à sua ingerência;
- c) As consultas à fiscalização;
- d) As datas de conclusão de etapas caracterizadas de acordo com o cronograma aprovado;
- e) Os acidentes ocorridos no decurso dos trabalhos;
- f) As respostas às interpelações da fiscalização;
- g) A Eventual escassez de material que resulte em dificuldades para a obra ou serviço;
- h) Outros fatos que, ao juízo da Contratada, deve ser objeto de registro.

#### **10.7.1.2. Pela Fiscalização:**

- a) Atestado da veracidade dos registros previstos nos **subitens 10.7.1.1** letras “a” e “b”.
- b) Juízo formado sobre o andamento da obra/serviços, tendo em vista as especificações, prazo e cronograma;
- c) Observações cabíveis a propósito dos lançamentos da contratada no Diário de Ocorrências;
- d) Soluções às consultas lançadas ou formuladas pela Contratada, com correspondência simultânea para autoridade superior;
- e) Restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da Contratada;
- f) Determinação de providências para o cumprimento das especificações;
- g) Outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente ao trabalho de fiscalização.

**10.8.** A Contratada se obriga a fornecer a relação de pessoal e a respectiva guia de recolhimento das obrigações com o INSS. Ao final da obra, deverá ainda fornecer a seguinte documentação relativa à obra: Certidão Negativa de Débitos de Tributos Federais e Dívida Ativa da União; Certidão de Regularidade de Situação perante o FGTS, e Certidão de Quitação do ISS referente ao Contrato.



**10.9.** A Contratada deverá, inicialmente, fixar no canteiro de serviços placas alusivas à obra com as dimensões exigidas na planilha orçamentária e com os dizeres e símbolos a serem determinados pela Contratante.

**10.10.** A obra/serviços deverá ser entregue em perfeito estado de limpeza e conservação devendo ser realizada uma vistoria da obra/serviços pela Contratada, antes da comunicação oficial do término da mesma, acompanhada pela Fiscalização.

**10.10.1.** Todos os materiais que foram depositados no canteiro de obra e que eventualmente não sejam aplicados deverão ser **totalmente removidos** no término da execução dos serviços.

**10.10.2.** Depois de concluídos os trabalhos e testes serão executados a limpeza geral, somente após esta, realizar-se-á a inspeção e liberação da obra.

**10.11.** Feita à vistoria serão firmados o **Termo de Entrega Provisória**, de acordo com o Art. 63º da Lei nº 14.133/2021, onde deverão constar se houver todas as pendências e/ou problemas verificados na vistoria.

**10.12.** O Recebimento dos serviços/obra executados pela Contratada será efetivado em duas etapas sucessivas:

**10.12.1.** Na primeira etapa, após a conclusão dos serviços e solicitação oficial da Contratada, mediante uma vistoria realizada pela Fiscalização, será efetuado o Recebimento Provisório;

**10.12.2.** Após a vistoria, através de comunicação oficial da Fiscalização, serão indicadas as correções e complementações consideradas necessárias ao Recebimento Definitivo, bem como estabelecido o prazo para a execução dos ajustes;

**10.12.3.** Na segunda etapa, após a conclusão das correções e complementações e solicitação oficial da Contratada, mediante nova vistoria realizada pela Fiscalização será realizado o Recebimento Definitivo;

**10.12.4.** O Recebimento Definitivo somente será efetivado pela **Contratante** após a apresentação pela **Contratada** da Certidão Negativa de Débitos de Tributos Federais e Dívida Ativa da União, Certificado de Recolhimento de FGTS e comprovação de pagamento das demais taxas, impostos e encargos incidentes sobre o objeto do Contrato.

**10.12.5.** O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil pela segurança dos serviços, consoante Artigo 618 do Código Civil, nem a ética profissional pela perfeita execução do contrato.

**10.12.6.** A **Contratante não receberá a referida obra** se detectado pela fiscalização, algum tipo de imperícia técnica ou execução total ou parcial em desacordo com os projetos apresentados.

**10.13.** A Contratante rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato (art. 140 da Lei nº 14.133/2021).

**10.14.** Correrá por conta da licitante Contratada a responsabilidade por qualquer acidente do trabalho em função da obra/serviços contratados, ainda que resultantes de caso fortuito ou por qualquer outra causa, pelo uso indevido de patentes registradas e pela destruição ou danificação da obra, até a aceitação definitiva da mesma pela Contratante, bem como, pelas indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros, oriundas da execução da obra/serviços e/ou ações ou omissões da licitante Contratada, ainda que ocorram em via pública.

**10.15.** Operações de reorganização empresarial, tais como fusão, cisão e incorporação, ocorridas durante a vigência do contrato, deverão ser comunicadas à Contratante e, na hipótese de restar caracterizada frustração das regras e princípios disciplinadores das licitações e contratos administrativos, ensejará a rescisão do contrato.

## **11. DA FISCALIZAÇÃO DAS MEDIÇÕES, DO CONTRATO E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:**

**11.1.** Para acompanhamento, fiscalização e vistoria dos serviços, atesto das medições, e demais documentos técnicos referentes à execução do objeto, será de responsabilidade do profissional habilitado e designado pela secretaria demandante da contratação.

**11.2.** A Fiscalização é exercida por interesse da Administração e não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

**11.3.** A Contratante manterá a partir do início dos serviços até o seu recebimento definitivo, **a seu critério exclusivo**, uma equipe de fiscalização constituída por profissionais habilitados que considerar necessários ao acompanhamento e controle dos trabalhos a serem realizados pela Contratada.

**11.4.** A fiscalização poderá embargar, rejeitar, impugnar e mandar refazer os serviços e mão de obra que, a seu critério estejam em desacordo com o previsto nos documentos supracitados e nas exigências contratuais, Projeto Básico e do edital.

**11.4.1.** A ação da fiscalização será preventiva, sem interferência na metodologia de trabalho da licitante contratada, e, em absoluto gerará responsabilidade para a Administração pela execução das obras e serviços, como também não excluirá e nem reduzirá as responsabilidades da licitante contratada pela má execução das mesmas.

**11.4.2.** A licitante contratada obriga-se a iniciar qualquer correção exigida pela fiscalização da Administração, dentro do **prazo de 07 (sete) dias úteis** a contar do recebimento da exigência, correndo por exclusiva conta da licitante as despesas dali decorrentes.

**11.5.** A Contratada obriga-se a exercer coordenação e controle dos materiais e dos serviços contratados, facilitando, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da Fiscalização por parte da Contratante e o acesso aos serviços e a todas as partes da obra tais como oficinas, depósitos, armazém, dependências ou similares onde se encontrem materiais destinados à obra contratada, atendendo prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas. Todos os atos e instruções emanados ou emitidos pela Fiscalização serão considerados como se fossem praticados pela Contratante.

**11.6.** Serão considerados para efeito de medição e pagamentos os serviços efetivamente executados pela Contratada e aprovados pela Fiscalização e atestada pela mesma, respeitada a rigorosa correspondência com o projeto e suas modificações, se houver, com as planilhas de custo e cronograma físico-financeiro, quanto aos critérios de medição e pagamento, e em concordância com o estipulado no Edital e seus Anexos.

**11.6.1.** As medições dos serviços serão baseadas em relatórios periódicos elaborados pela Contratada, através de arquivo fotográfico, registrando os levantamentos, cálculos e gráficos necessários à discriminação e determinação das quantidades dos serviços efetivamente executados.

**11.7. Condições de execução:**

**11.7.1.** A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

**11.7.2.** Início da execução do objeto: até 02 (dois) dias da assinatura do contrato e/ou da emissão da ordem de serviço;

**11.7.3.** Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: constante no contrato e/ou ordem de serviços.

**11.7.4.** Cronograma de realização dos serviços: Constante do projeto e proposta da licitante;

**11.7.5.** Etapa: de acordo com o cronograma do projeto.

**11.8. Local e horário da prestação dos serviços:**

**11.8.1.** Os serviços serão prestados no endereço destacado na ordem de serviço.

**11.8.2.** Os serviços serão realizados obedecendo as normas do direito do trabalho e previdência, dentro dos horários e nas condições exigidas pela legislação.

**11.9. Materiais a serem disponibilizados:**

**11.9.1** Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

**11.10. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta:**

**11.10.1.** A demanda do órgão tem como base as características constantes no Projeto de Engenharia anexo, bem como ao que consta no Estudo Técnico Preliminar.

**11.11. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

**11.11.1.** O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**11.12. Procedimentos de transição e finalização do contrato:**

**11.12.1.** Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

**12. DA ALTERAÇÃO DOS PROJETOS:**

**12.1.** Nenhuma alteração ou modificação de forma, acréscimo ou redução, qualidade ou quantidade dos serviços ou que impliquem em alteração do projeto da obra, poderá ser feita pela licitante, **sem expressa anuência da Contratante.**

**12.2.** Nos casos onde forem realizadas alterações junto ao projeto, a Contratada deverá elaborar um novo projeto de “*As-Built*” sem custo para a Contratante.

**13. DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) / COLETIVA (EPC) E ATENDIMENTO À NR-18:**

**13.1.** A Contratada será responsável pela segurança de seus funcionários, munindo-os com todos os equipamentos necessários à proteção individual e coletiva, durante a realização dos serviços, bem como de uniforme com logomarca da empresa de modo a facilitar a identificação dos mesmos.

**13.2.** Além dos equipamentos de proteção individual e coletiva, a Contratada deverá adotar todos os procedimentos de segurança necessários à garantia da integridade física de terceiros que transitem pela obra.

**13.3.** A Contratada será responsável pela obediência a todas as recomendações, relacionadas à segurança do trabalho, contidas na Norma Regulamentadora NR-18, aprovada pela Portaria 3.214, de 08.06.78, do Ministério do Trabalho, publicada no DOU de 06.07.78 (suplemento).

**13.4.** Em obediência ao disposto na Norma Regulamentadora NR-18 serão de uso obrigatório os seguintes equipamentos:

**a) Capacetes de segurança:** para trabalhos em que haja o risco de lesões decorrentes de queda ou projeção de objetos, impactos contra estruturas e outros acidentes que ponham em risco a cabeça do trabalhador. Nos casos de trabalhos realizados próximos a equipamentos ou circuitos elétricos será exigido o uso de capacete específico;

**b) Protetores faciais:** para trabalhos que ofereçam perigo de lesão por projeção de fragmentos e respingos de líquidos, bem como por radiações nocivas;

- c) Óculos de segurança contra impactos:** para trabalhos que possam causar ferimentos nos olhos;
- d) Óculos de segurança contra radiações:** para trabalhos que possam causar irritação nos olhos e outras lesões decorrentes da ação de radiações;
- e) Óculos de segurança contra respingos:** para trabalhos que possam causar irritações nos olhos e outras lesões decorrentes da ação de líquidos agressivos;
- f) Protetores auriculares:** para trabalhos realizados em locais em que o nível de ruído for superior ao estabelecido na NR-15;
- g) Luvas e mangas de proteção:** para trabalhos em que haja possibilidade do contato com substâncias corrosivas ou tóxicas, materiais abrasivos ou cortantes, equipamentos energizados, materiais aquecidos ou quaisquer radiações perigosas. Conforme o caso, as luvas serão de couro, de lona plastificada, de borracha ou de Neoprene;
- h) Botas de borracha ou de PVC:** para trabalhos executados em locais molhados ou lamacentos, especialmente quando na presença de substâncias tóxicas;
- i) Botinas de couro:** para trabalhos em locais que apresentem riscos de lesão do pé;
- j) Cintos de Segurança:** para trabalhos em que haja risco de queda;
- k) Respiradores contra poeira:** para trabalhos que impliquem produção de poeira;
- l) Máscaras para jato de areia:** para trabalhos de limpeza por abrasão, através de jato de areia;
- m) Respiradores e máscaras de filtro químico:** para trabalhos que ofereçam riscos provenientes de ocorrência de poluentes atmosféricos em concentração prejudiciais à saúde;
- n) Avental de raspa:** para trabalhos de soldagem e corte a quente e para dobragem e armação de ferros.

#### 14. DO MEIO AMBIENTE:

**14.1.** Para cumprir as exigências dos órgãos ambientais, tendo em vista os possíveis impactos desencadeados durante a execução das obras, deverão ser adotadas medidas que não venham ferir o Meio Ambiente, tais como:

- a)** Tomar medidas de segurança contra o derramamento de material poluente e a disposição adequada do lixo de modo a não causar danos ao meio ambiente;
- b)** Manter úmidas as superfícies sujeitas à poeira pelo tráfego;
- c)** Limpeza total dos canteiros da obra e pátios de máquinas ao término do contrato.

#### 15. CONDIÇÕES GERAIS:

**15.1.** Os serviços ofertados deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - ABNT, INMETRO, CREA, CAU, *etc.* - atentando-se a Contratada, principalmente para as prescrições do art.39, inciso VIII da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

## **16. DA VISITA TÉCNICA AO LOCAL DA OBRA:**

**16.1.** A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08h00 às 12h00.

**16.2.** Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

**16.3.** Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

**16.4.** Para realização da visita técnica a licitante deverá agendar antecipadamente dia e horário Secretaria Municipal de Planejamento e Defesa Civil, na **Avenida 14 de Julho, nº 12, Bairro Centro, CEP nº: 68580-000**, entre 08h00 e 12h00, que poderá designar profissional para acompanhar o representante da empresa até o local, bem como expedirá o atestado de vistoria em nome da empresa.

**16.5.** É vedada a realização de visita técnica por mais de um representante de licitante no mesmo dia e horário. Devendo o servidor municipal responsável pelo agendamento e/ou realização da visita administrar a efetivação das visitas de modo que não haja coincidências de agenda.

**16.6.** Após a realização da vistoria, o responsável, na condição de representante legal da empresa, solicitará a emissão de **CERTIFICADO DE VISITA TÉCNICA**, para efeito de validação na participação do processo licitatório em apreço.

**16.7.** Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**16.8.** A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

**16.9.** Não será admitida, posteriormente, qualquer alegação por parte das empresas participantes e da vencedora, de seu desconhecimento quanto às condições locais para a execução do objeto, tenham realizado ou não a vistoria.



**16.9.1.** É de exclusiva responsabilidade do licitante, a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude da sua omissão na verificação do local de instalação e execução da obra.

## **17. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**17.1.** A habilitação quanto à qualificação econômico/financeira deverá ser comprovada pelos seguintes documentos:

**17.1.1. Certidão de registro ou inscrição** junto ao CREA/CAU, **da Contratada**, dentro do prazo de vigência e com jurisdição sobre a sede da licitante.

**17.1.2. Certidão de registro ou inscrição** junto ao CREA/CAU, **do responsável técnico da empresa licitante**, dentro do prazo de vigência.

**17.1.3. Atestado de visita**, caso a empresa tenha vistoriado o local onde serão executados os serviços, expedido pela Secretaria Municipal de Planejamento e Defesa Civil, através do servidor competente, comprovando que a licitante realizou a visita técnica, através de representante credenciado da empresa, o local onde se realizará a obra/serviços.

**17.1.4. Declaração Própria** para aquelas licitantes **que optarem por não realizar a vistoria técnica no local da obra**, declarando ciência da localização, condições, características e complexidades técnicas e locais que envolvem a execução do objeto e elaboração da proposta de preços a ser apresentada na sessão desta licitação, comprometendo-se, se **vencedora**, a executar o objeto para o qual foi vencedora conforme descreve o Projeto Básico, o Instrumento Convocatório, seus Anexos e Sub Anexos.

**17.1.5.** Comprovação da capacitação **técnico-operacional**, mediante a apresentação de **um ou mais atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado devidamente identificadas, expedido **em nome da empresa licitante**. Tais atestados deverão estar vinculados e acompanhados da respectiva **Certidão de Acervo Técnico - CAT** dos Responsáveis Técnicos neles indicados, para fins de comprovação da execução de obra de engenharia de características semelhantes ao objeto desta licitação, compatíveis em características, prazos e cujos quantitativos correspondam, no mínimo, a **50% (cinquenta por cento)** das parcelas de maior relevância da obra, especificadas na **Planilha de Itens de Maior Relevância – Subanexo C**.

**17.1.5.1.** O(s) responsável(is) técnico(s) deverão, obrigatoriamente, pertencer ao quadro permanente do licitante, na data prevista para a entrega da proposta. A comprovação do vínculo do(s) profissional(ais) qualificado(s) com a licitante poderá ser feita por meio de:

- a)** Na condição de empregado, por meio de cópia autenticada ou original da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS do profissional, Livro de Registro de Empregado, Contrato de Prestação de Serviço ou outro documento comprobatório de vínculo empregatício, previsto na legislação que rege a matéria.

**b)** No caso de profissional autônomo, por meio de cópia autenticada do Contrato ou Pré-Contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum.

**c)** No caso de sócio, por meio do Ato Constitutivo e alterações (Estatuto/Contrato Social etc.), bem ainda, com a Certidão de Registro do licitante no CREA/CAU onde deverá constar o nome do profissional indicado.

**17.1.6.** Apresentação de **Declaração de Disponibilidade**, de que o licitante fornecerá máquinas, materiais e todo o aparelhamento necessário para a realização da obra.

**17.1.7.** Apresentação de **Declaração de Responsabilidade**, de que manterá o(s) profissional(ais) indicado(s) como responsável(eis) técnico(s), na direção e execução dos trabalhos no local da obra/serviços até a sua inteira conclusão.

**17.1.7.1.** O(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) pela proponente deverão assinar, obrigatoriamente, sob pena de inabilitação técnica, o termo de autorização/anuência contido na Declaração de Responsabilidades, **ressalvada a hipótese de o(s) Responsável(eis) técnico(s) referir-se à pessoa do seu representante legal.**

**17.1.7.2.** O(s) atestado(s) e/ou certidão (ões) de capacidade técnica exigidos neste capítulo deverão constar, conforme o caso:

**a)** Nome do Contratado e do Contratante;

**b)** Identificação do contrato (tipo ou natureza da obra);

**c)** Localização da obra;

**d)** Nome do Responsável Técnico;

**e)** Descritivos ou estar acompanhados das planilhas descritivas de quantitativos e qualitativos, evidenciando claramente os itens objeto da capacidade técnico-operacional e técnico-profissional.

## **18. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO:**

**18.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**18.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**18.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**18.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**18.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**18.6. Do(a) Preposto:**

**18.6.1.** A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

**18.6.2.** A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante todo o período contratual.

**18.6.3.** A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

**18.7.** Fiscalização (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).

**18.7.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

**18.7.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

**18.7.3.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

**18.7.4.** O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

**18.7.5.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

**18.7.6.** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios,

defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

**18.7.7.** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

**18.7.8.** Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

**18.7.8.1.** A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

#### **18.8. Da gestão do contrato:**

**18.8.1.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim, em analogia ao dispositivo do art. 44, § 2º da Instrução Normativa nº 005/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento e Gestão.

**18.8.2.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**18.8.3.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade informará o representante da empresa contratada quanto a necessidade de cumprimento das obrigações contratuais e fiscalizações as quais será submetida a contratação.

**18.8.4.** Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação de regularidade da empresa quanto a emissão das certidões de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista.

**18.8.5.** Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam juntados no processo de autorização de empenho e/ou pagamento.

**18.8.6.** Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

**18.8.7.** Verificação de autorização da demanda junto ao Órgão Demandante – *ou autoridade superior, conforme o caso.*

**18.8.8.** Juntada de manifestação técnica da controladoria interna, para aferição dos requisitos técnicos da despesa em apreço.

**18.8.9.** Aferição de existência de lastro orçamentário para o comprometimento da fonte, com a devida compatibilidade com a requisição inaugural.

## **19. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:**

**19.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**19.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

**19.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**19.1.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**19.1.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**19.1.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

**19.1.2.4.** deixar de apresentar amostra; ou

**19.1.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**19.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**19.1.3.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**19.1.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**19.1.5.** fraudar a licitação;

**19.1.6.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**19.1.6.1.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**19.1.6.2.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**19.1.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**19.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**19.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**19.2.1.** advertência;

**19.2.2.** multa;

**19.2.3.** impedimento de licitar e contratar; e

**19.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**19.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**19.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.

**19.3.2.** as peculiaridades do caso concreto;

**19.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**19.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**19.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**19.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,50% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

**19.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

**19.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 19.1.4, 19.1.5, 19.1.6, 19.1.7 e 19.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

**19.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**19.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**19.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.



**19.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 19.1.4, 19.1.5, 19.1.6, 19.1.7 e 19.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**19.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 19.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

**19.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**19.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**19.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**19.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**19.14.** A aplicação das sanções previstas neste Projeto Básico não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**19.15.** Na ocorrência dos crimes em licitações e contratos administrativos, aplicar-se-ão as penalidades previstas no Código Penal, Capítulo II-B, artigo 337- E e seguintes.

## **20. DA FORMA DE PAGAMENTO E DO RECEBIMENTO:**

**20.1.** Os pagamentos serão realizados, obedecido às medições realizadas e aprovadas pela Contratante, obedecendo o programa de execução das etapas da obra, conforme estabelece o Cronograma Físico-Financeiro, de acordo com os serviços efetivamente executados, e ao respectivo faturamento com apresentação da nota fiscal, onde serão discriminados os serviços executados e atesto emitido por servidor municipal designado

para a fiscalização do contrato, obedecidas às condições estabelecidas no Contrato e no Edital e seus anexos.

**20.1.1.** A Contratante efetuará o pagamento à Contratada, pelos serviços contratados e executados, nos preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de reajustamento e a ocorrência de imprevistos. Ficam expressamente estabelecidos que os preços incluam todos os custos diretos e indiretos para a execução da obra/serviços, de acordo com as condições previstas nas especificações técnicas e nas normas contidas no Edital e demais anexos.

**20.2.** O pagamento da primeira fatura/nota fiscal somente poderá ocorrer após a comprovação da realização dos serviços determinados no cronograma físico-financeiro e mediante apresentação dos seguintes documentos:

- a) Registro da obra no CREA/PA;
- b) Matrícula da obra no INSS;
- c) Relação dos Empregados - RE;
- d) Indicação de Preposto;
- e) Comprovação do cadastramento da obra no sistema RECOM;
- f) Garantia de Execução.

**20.3.** O pagamento do valor faturado deverá ser efetuado no máximo **30 (trinta) dias** após o certifico da Comissão de Fiscalização na Nota Fiscal de serviços executados, observado o cumprimento do item **20.1**.

**20.4.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, caso haja necessidade.

**20.4.1.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

**20.5.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do processo de licitação e contrato junto ao órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**20.6.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

**20.7.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**20.8.** A Administração deverá realizar consulta para:

a) Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**20.9.** Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**20.10.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**20.11.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**20.12.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

**20.13.** A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto rotinas administrativas adotadas por esta municipalidade e as demais disposições contidas neste item.

**20.13.1.** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

**20.13.1.1.** Não produzir os resultados acordados;

**20.13.1.2.** Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

**20.13.1.3.** Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**20.14.** A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

**20.15.** A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

**20.15.1.** Planilha de medição emitida pela contratada, constando o histórico de medições anteriores e o respectivo saldo de cada etapa;

**20.15.2.** Aferição por meio do setor de engenharia do órgão demandante, para fins de verificar a compatibilidade do que foi apresentado pela contratada;

**20.15.3.** Relatório fotográfico demonstrando haver a efetiva execução do objeto.

**20.16. Antecipação de pagamento:**

**20.16.1.** A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

**20.17. Cessão de crédito:**

**20.17.1.** É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, conforme as regras deste presente tópico.

**20.17.2.** As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

**20.17.3.** A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

**20.17.4.** Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente.

**20.18.** O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta

vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

**20.19.** A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

**20.20. Do recebimento:**

**20.20.1.** Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

**20.20.2.** Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

**20.20.3.** O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

**20.20.4.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133).

**20.20.5.** O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

**20.20.6.** O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

**20.20.7.** O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

**20.20.8.** O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

**20.20.9.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

**20.20.10.** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

**20.20.11.** O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**20.20.12.** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

**20.20.13.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

**20.20.14.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**20.20.15.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**20.20.16.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

**20.20.17.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**20.20.18.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

**20.20.19.** Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

**20.20.20.** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.



**20.20.21.** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

**20.20.22.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**20.20.23.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**20.20.24.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### **20.21. Liquidação:**

**20.21.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, caso haja necessidade.

**20.21.2.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

**20.21.3.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do processo de licitação e contrato junto ao órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**20.21.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

**20.21.5.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**20.21.6.** A Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**20.21.7.** Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**20.21.8.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**20.21.9.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**20.21.10.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

## **21. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

### **21.1. Sustentabilidade:**

**21.1.1.** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

**21.1.2.** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **21.2. Garantia da contratação:**

**21.2.1.** Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

**21.2.2.** Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

**21.2.3.** A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

**22.1.** O contrato terá vigência de **360 (trezentos e sessenta) dias corridos** a partir da sua assinatura, compreendendo o prazo de **300 (trezentos) dias** para execução da obra e mais **60 (sessenta) dias corridos** para recebimento definitivo por parte da Contratante, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

**22.2.** Será admitida a prorrogação dos prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega, mantidas as demais cláusulas do Contrato firmado e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

- a) Alteração do projeto ou especificações, pela Administração;
- b) Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- c) Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
- d) Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por Lei;
- e) Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- f) Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

## **23. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DA OBRA/SERVIÇOS:**

**23.1.** A garantia de execução, que irá assegurar a fiel observância das obrigações contratuais, será obtido pela aplicação de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratual;

**23.2.** A proponente vencedora, **no prazo fixado no Edital**, deverá, sob pena de decair o direito de contratação, apresentar comprovação da formalização da garantia de execução da obra/serviços. O recolhimento da garantia de execução e da garantia adicional, se houver, poderá ser efetuado nas seguintes modalidades:

**23.2.1. Depósito em espécie ou cheque nominativo à Contratante**, mediante depósito em uma conta corrente **a ser fornecida pela contratante, mediante solicitação da licitante vencedora**, em caso de depósito através de cheque, a validade da garantia somente se dará com a efetiva compensação do mesmo;

**23.2.2. Carta Fiança Bancária**, sendo obrigatório que o prazo de validade da mesma seja, no mínimo, igual ao prazo de execução do objeto do Contrato, **acrescido** de 90 (noventa) dias, incluindo cláusula de renúncia ao benefício de ordem;

**23.2.3. Seguro Garantia em Apólice Nominal ao Contratante** e emitido por seguradora brasileira ou autorizada a funcionar no Brasil, sendo obrigatório que o prazo

de validade seja, no mínimo, igual ao prazo de execução do objeto do Contrato, **acrescido** de 90 (noventa) dias.

**23.2.4. Títulos da Dívida Pública**, devendo estes ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia **autorizado pelo Banco Central do Brasil** e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

**23.3.** Se ocorrer majoração do valor contratual o valor da garantia de execução será acrescido pela aplicação de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratual majorado. No caso de redução do valor contratual, poderá a Contratada ajustar o valor da garantia de execução, se assim o desejar;

**23.4. A Contratada perderá a garantia de execução e a garantia adicional, quando for o caso, de:**

**23.4.1.** Inadimplência das obrigações e/ou rescisão do Contrato de Empreitada;

**23.4.2.** Não recebimento provisório e definitivo da obra contratada.

**23.5.** A devolução da garantia de execução e da garantia adicional, quando for o caso, ou o valor que dela restar, e, **quando em dinheiro, atualizada monetariamente**, dar-se-á mediante apresentação dos seguintes documentos:

**23.5.1.** Termo de Recebimento Definitivo;

**23.5.2.** Certidão Negativa de Débitos de Tributos Federais e Dívida Ativa da União; Certidão de Regularidade de Situação perante o FGTS, e Certidão de Quitação do ISS, referente ao objeto contratado concluído.

## **24. DOS ANEXOS DESTE PROJETO BÁSICO:**

**24.1.** Este Projeto Básico tem como anexos complementares os seguintes documentos:

**Subanexo A** – Memorial Descritivo e Especificações Técnicas;

**Subanexo B** – Planilhas Orçamentárias (Orçamentos: Sintético e Analítico; Cronograma Físico-Financeiro – CFF; Benefícios e Despesas Indiretas – BDI; Encargos Sociais, etc.);

**Subanexo C** – Planilha de itens de relevância.

Itupiranga/PA, 06 de fevereiro de 2026.

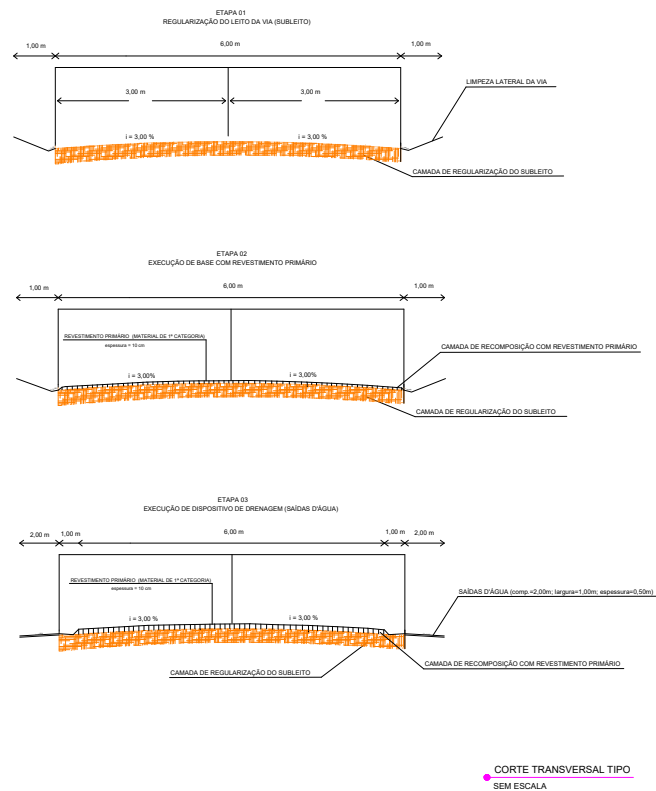
Aprovo o presente Projeto Básico,

WAGNO DA SILVA  
GODOI:00803084  
226  
Assinado de forma  
digital por WAGNO  
DA SILVA  
GODOI:00803084226

**Wagno da Silva Godoi**  
Prefeito Municipal

Documento assinado digitalmente  
**LARA MARIA VALÉRIO LEMOS**  
Data: 06/02/2026 16:41:02-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Lara Maria Valério Lemos**  
Eng. Civil – Técnica Responsável



| QUADRO DE COORDENADAS DO TRECHO A SER RECUPERADO |                                   |              |               |                  |
|--|-----------------------------------|--------------|---------------|------------------|
| PONTOS   | DESCRIÇÃO TRECHO                  | LATITUDE     | LONGITUDE     | EXTENSÃO         |
| P-01   | PONTO INICIAL - VICINAL LASTÂNCIA | 5°15'55.79"S | 49°18'56.50"O | 33.000,00 metros |
| P-02   | PONTO FINAL - VICINAL LASTÂNCIA   | 5°18'29.60"S | 49°32'1.95"O  |                  |



PLANTA DE LOCALIZAÇÃO  
SEM ESCALA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPIRANGA



TÍTULO PROJETO:  
RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA/PA

LOCAL:  
ITUPIRANGA/PA

MUNICÍPIO DE  
ITUPIRANGA/05  
077102000129

Assinado de forma digital  
por MUNICÍPIO DE  
ITUPIRANGA/0507710200  
0129

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPIRANGA/PA  
CNPJ n°: 05.077.102/0001-29

Eng.ª Lara Maria Valério Lemos  
CREA-PA n°: 1517438110  
Resp. Técnico Projeto

Observações:

Aprovação:

DATA:  
Novembro/2025

ESCALA:  
INDICADA

FOLHA:  
01/01

PRANCHA:  
P01



Documento assinado digitalmente  
LARA MARIA VALERIO LEMOS  
Data: 19/11/2025 10:44:20-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



## ANEXO II

### PLANILHA ORÇAMENTÁRIA





|                    |                    |  |                 |  |                        |                          |                                      |               |              |              |  |
|--------------------|--------------------|--|-----------------|--|------------------------|--------------------------|--------------------------------------|---------------|--------------|--------------|--|
| OBRA:              |                    | RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA/PA |                 |  |                        |                          | Bancos<br>B.D.I.<br>Encargos Sociais |               |              |              |  |
| PRÉ-INSTRUMENTO:   |                    | 979517   |                 |  |                        |                          |                                      |               |              |              |  |
| MUNICÍPIO:         |                    | ITUPIRANGA   |                 |  |                        |                          |                                      |               |              |              |  |
| ESTADO:            |                    | PARÁ   |                 |  |                        |                          |                                      |               |              |              |  |
| DATA:              |                    | NOVEMBRO DE 2025   |                 |  |                        |                          |                                      |               |              |              |  |
| DURAÇÃO (MESES):   |                    | 04 MESES   |                 |  |                        |                          |                                      |               |              |              |  |
| RELAÇÃO DE TRECHOS |                    |  |                 |  |                        |                          |                                      |               |              |              |  |
| TRECHO:            | EXTENSÃO (m)       | LARGURA (m)  | ÁREA (m²)       | ESPESSURA DE CAMADA DE RECOMPOSIÇÃO COM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (cm)       | VOLUME DE RECOMP. (M3) | DMT (JAZIDA>TRECHO) (KM) | GEORREFERENCIAMENTO                  |               |              |              |  |
|                    |                    |  |                 |  |                        |                          | INICIAL                              |               | FINAL        |              |  |
| TRECHO 01          | 33.000,00          | 6,00   | 198.000,00      | 10,00  | 19.800,00              | 4,10                     | 5°15'55.79"S                         | 49°18'56.50"O | 5°18'29.60"S | 49°32'1.95"O |  |
|                    |                    |  |                 |  |                        |                          |                                      |               |              |              |  |
| TOTAL DE TRECHOS:  | EXTENSÃO TOTAL (m) | LARGURA MÉDIA (m)  | ÁREA TOTAL (m²) | ESPESSURA MÉDIA DA CAMADA DE RECOMPOSIÇÃO COM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (cm) |                        |                          |                                      |               |              |              |  |
| 1                  | 33.000,00          | 6,00   | 198.000,00      | 10,00  |                        |                          |                                      |               |              |              |  |

Lara Maria Valério Lemos  
Engenheira Civil - CREA/PA nº: 151743811-0

Documento assinado digitalmente



LARA MARIA VALERIO LEMOS  
Data: 28/11/2025 10:16:48-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

|                      |  |  |                |   |
|----------------------|--|--|----------------|---|
| OBRA:                | RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA/PA |  |                |   |
| PRÉ-INSTRUMENTO:     | 979517   |  |                |   |
| MUNICÍPIO:           | ITUPIRANGA   |  |                |   |
| ESTADO:              | PARÁ   |  |                |   |
| DATA:                | NOVEMBRO DE 2025   |  |                |   |
| DURAÇÃO (MESES):     | 04 MESES   |  |                |   |
| BASES DE REFERÊNCIA: | SINAPI 08/2025   |  | BDI:<br>23,79% | ENCARGOS SOCIAIS<br>Não Desonerado:<br>Horista: 118,23%<br>Mensalista: 71,76% |
|                      | SICRO3 07/2025   |  |                |   |

**RESUMO ORÇAMENTO**

| ITEM        | REF. | DESCRIÇÃO               | CUSTOS           |         |
|-------------|------|-------------------------|------------------|---------|
|             |      |                         | VALOR            | %       |
| 1           | ADM  | ADMINISTRAÇÃO LOCAL     | R\$ 78.651,16    | 6,66%   |
| 2           | SEC  | SERVIÇOS COMPLEMENTARES | R\$ 13.402,90    | 1,14%   |
| 3           | TER  | TERRAPLENAGEM           | R\$ 1.084.135,55 | 91,86%  |
| 4           | DRN  | DRENAGEM                | R\$ 3.964,40     | 0,34%   |
| TOTAL GERAL |      |                         | R\$ 1.180.154,01 | 100,00% |

Documento assinado digitalmente



LARA MARIA VALERIO LEMOS  
Data: 28/11/2025 10:14:06-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Lara Maria Valério Lemos**  
Engenheira Civil - CREA/PA nº: 151743811-0

|                  |  |                         |        |                    |
|------------------|--|-------------------------|--------|--------------------|
| OBRA:            | RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA/PA | Bancos                  | B.D.I. | Encargos Sociais   |
| PRÉ-INSTRUMENTO: | 979517   | SINAPI - 08/2025 - Pará | 23,79% | Não Desonerado:    |
| MUNICÍPIO:       | ITUPIRANGA   | SICRO7 - 07/2025 - Pará |        | Horista: 118,23%   |
| ESTADO:          | PARÁ   |                         |        | Mensalista: 71,76% |
| DATA:            | NOVEMBRO DE 2025   |                         |        |                    |
| DURAÇÃO (MESES): | 04 MESES   |                         |        |                    |

| PLANILHA ORÇAMENTÁRIA |         |         |  |         |            |                           |                           |                   |         |
|-----------------------|---------|---------|--|---------|------------|---------------------------|---------------------------|-------------------|---------|
| ITEM                  | CÓDIGO  | BANCO   | DESCRIÇÃO  | UNIDADE | QUANTIDADE | VALOR UNIT. SEM BDI (R\$) | VALOR UNIT. COM BDI (R\$) | VALOR TOTAL (R\$) | PESO    |
| 1                     |         |         | ADMINISTRAÇÃO LOCAL  |         |            |                           |                           | 78.651,16         | 6,66 %  |
| 1.1                   | CP 01   | Próprio | ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE OBRA  | UN      | 1,00       | 63.535,96                 | 78.651,16                 | 78.651,16         | 6,66 %  |
| 2                     |         |         | SERVIÇOS COMPLEMENTARES  |         |            |                           |                           | 13.402,90         | 1,14 %  |
| 2.1                   | CP 02   | Próprio | MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO   | UN      | 2,00       | 3.999,72                  | 4.951,25                  | 9.902,50          | 0,84 %  |
| 2.2                   | 103689  | SINAPI  | FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS             | m²      | 6,00       | 471,28                    | 583,40                    | 3.500,40          | 0,30 %  |
| 3                     |         |         | TERRAPLENAGEM  |         |            |                           |                           | 1.084.135,55      | 91,86 % |
| 3.1                   | 5502985 | SICRO3  | Limpeza mecanizada da camada vegetal   | m²      | 10.840,00  | 0,82                      | 1,02                      | 11.056,80         | 0,94 %  |
| 3.2                   | 4011209 | SICRO3  | Regularização do subleito - 100% Proctor intermediário   | m²      | 198.000,00 | 1,90                      | 2,35                      | 465.300,00        | 39,43 % |
| 3.3                   | 5501700 | SICRO3  | Desmatamento, destocamento e limpeza de área com árvores de diâmetro até 0,15 m                                    | m²      | 66.000,00  | 0,71                      | 0,88                      | 58.080,00         | 4,92 %  |
| 3.4                   | 5901638 | SICRO3  | Transporte com caminhão basculante com caçamba estanque com capacidade de 14 m³ - rodovia em revestimento primário | tkm     | 167.433,75 | 0,78                      | 0,97                      | 162.410,75        | 13,76 % |
| 3.5                   | 4015612 | SICRO3  | Execução de revestimento primário com material de jazida - 100% Proctor intermediário                              | m³      | 19.800,00  | 15,80                     | 19,56                     | 387.288,00        | 32,82 % |
| 4                     |         |         | DRENAGEM   |         |            |                           |                           | 3.964,40          | 0,34 %  |
| 4.1                   | 5501706 | SICRO3  | Escavação mecânica com retroescavadeira em material de 1ª categoria  | m³      | 440,00     | 7,28                      | 9,01                      | 3.964,40          | 0,34 %  |

|               |  |  |  |  |  |  |  |                  |
|---------------|--|--|--|--|--|--|--|------------------|
| Total sem BDI |  |  |  |  |  |  |  | R\$ 952.953,41   |
| Total do BDI  |  |  |  |  |  |  |  | R\$ 227.200,60   |
| Total Geral   |  |  |  |  |  |  |  | R\$ 1.180.154,01 |


Documento assinado digitalmente



**LARA MARIA VALERIO LEMOS**  
Data: 28/11/2025 10:14:06-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Lara Maria Valério Lemos  
Engenheira Civil - CREA/PA n°: 151743811-0

|                              |  |                  |  |                |   |                  |
|------------------------------|--|------------------|--|----------------|---|------------------|
| OBRA:                        | RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA/PA |                  | Bancos   | BDI:           | Encargos Sociais  |                  |
| PRÉ-INSTRUMENTO:             | 979517   |                  | SINAPI - 08/2025 - 23,79%<br>Pará<br>SICRO3 - 07/2025 - Pará |                | Não Desonerado:<br>Horista: 118,23%<br>Mensalista: 71,76% |                  |
| MUNICÍPIO:                   | ITUPIRANGA   |                  |  |                |   |                  |
| ESTADO:                      | PARÁ   |                  |  |                |   |                  |
| DATA:                        | NOVEMBRO DE 2025   |                  |  |                |   |                  |
| DURAÇÃO (MESES):             | 04 MESES   |                  |  |                |   |                  |
| CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO |  |                  |  |                |   |                  |
| ITEM                         | DESCRIÇÃO  | TOTAL POR ETAPA  | MÊS 01   | MÊS 02         | MÊS 03  | MÊS 04           |
| 1                            | ADMINISTRAÇÃO LOCAL  | 100,00%          | 25,46%   | 24,69%         | 24,69%  | 25,16%           |
|                              |  | R\$ 78.651,16    | R\$ 20.024,58  | R\$ 19.418,97  | R\$ 19.418,97   | R\$ 19.788,64    |
| 2                            | SERVIÇOS COMPLEMENTARES  | 100,00%          | 63,06%   |                |   | 36,94%           |
|                              |  | R\$ 13.402,90    | R\$ 8.451,87   |                |   | R\$ 4.951,03     |
| 3                            | TERRAPLENAGEM  | 100,00%          | 25,00%   | 25,00%         | 25,00%  | 25,00%           |
|                              |  | R\$ 1.084.135,55 | R\$ 271.033,89   | R\$ 271.033,89 | R\$ 271.033,89  | R\$ 271.033,88   |
| 4                            | DRENAGEM   | 100,00%          | 25,00%   | 25,00%         | 25,00%  | 25,00%           |
|                              |  | R\$ 3.964,40     | R\$ 991,10   | R\$ 991,10     | R\$ 991,10  | R\$ 991,10       |
| Porcentagem                  |  |                  | 25,46%   | 24,70%         | 24,70%  | 25,15%           |
| Custo (R\$)                  |  |                  | R\$ 300.501,44   | R\$ 291.443,96 | R\$ 291.443,96  | R\$ 296.764,65   |
| Porcentagem Acumulado        |  |                  | 25,46%   | 50,16%         | 74,85%  | 100,00%          |
| Custo Acumulado (R\$)        |  |                  | R\$ 300.501,44   | R\$ 591.945,40 | R\$ 883.389,36  | R\$ 1.180.154,01 |

Documento assinado digitalmente  
 LARA MARIA VALERIO LEMOS  
Data: 28/11/2025 10:14:06-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Lara Maria Valério Lemos  
Engenheira Civil - CREA/PA nº: 151743811-0

ITEM 2.2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF\_03/2022\_PS

|  |  |                |  |                       |  |         |             |             |             |      |           |
|--|--|----------------|--|-----------------------|--|---------|-------------|-------------|-------------|------|-----------|
| SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil  |  |                |  |                       | Funciona somente em versões do Excel que tenham disponíveis as fórmulas FILTRO, LET, PROXC |         |             |             |             |      |           |
| ANALITICO DE COMPOSIÇÃO COM CUSTO  |  |                |  |                       | Vide explicação das situações na aba Analítico   |         |             |             |             |      |           |
| Mês de Referência:   |  | 08/2025        |  |                       |  |         |             |             |             |      |           |
| Data de emissão:   |  | 10/09/2025     |  |                       |  |         |             |             |             |      |           |
| Preencha abaixo:   |  |                |  |                       |  |         |             |             |             |      |           |
| Encargos Sociais:  |  | UF:            |  | Código da Composição: |  |         |             |             |             |      |           |
| SEM DESONERAÇÃO  |  | PA             |  | 103689                |  |         |             |             |             |      |           |
| %AS (porcentagem Atribuído São Paulo) porcentagem da composição/item que foi obtida utilizando preços de insumos de São Paulo por indisponibilidade destes no estado em questão. |  |                |  |                       |  |         |             |             |             |      |           |
|  |  |                |  |                       |  |         |             |             |             |      |           |
| Tipo Item  |  | Código do Item | Descrição  |                       |  | Unidade | Coeficiente | Custo Unit. | Custo Total | %AS  | Situação  |
| 103689   |  |                | FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. A           |                       |  | M2      |             |             | 471,28      | 85%  | COM CUSTO |
| COMPOSICAO   |  | 102234         | PINTURA IMUNIZANTE PARA MADEIRA, 2 DEMÃOS. AF_01/2021  |                       |  | M2      | 0,5000000   | 26,86       | 13,43       | -    | COM CUSTO |
| COMPOSICAO   |  | 88316          | SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES   |                       |  | H       | 1,1186000   | 25,11       | 28,08       | -    | COM CUSTO |
| COMPOSICAO   |  | 88262          | CARPITEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES   |                       |  | H       | 0,3729000   | 30,31       | 11,30       | -    | COM CUSTO |
| INSUMO   |  | 5069           | PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 17 X 27 (2 1/2 X 11)  |                       |  | KG      | 0,0132000   | 17,81       | 0,23        | -    | COM PREÇO |
| INSUMO   |  | 5065           | PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 10 X 10 (7/8 X 17)  |                       |  | KG      | 0,0113000   | 33,24       | 0,37        | -    | COM PREÇO |
| INSUMO   |  | 4813           | PLACA DE OBRA (PARA CONSTRUCAO CIVIL) EM CHAPA GALVANIZADA "N. 22", ADESIVADA, DE "2,4 X 1,2" M (SEI |                       |  | M2      | 1,0000000   | 400,00      | 400,00      | 100% | COM PREÇO |
| INSUMO   |  | 4509           | SARRAFO "2,5 X 10" CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA                               |                       |  | M       | 3,2083000   | 5,57        | 17,87       | -    | COM PREÇO |

ITEM 3.1 - Limpeza mecanizada da camada vegetal

| SISTEMA DE CUSTOS REFERENCIAIS DE OBRAS - SICRO |  |            |            | Pará           |                | FIC 0,04690                          |                     |
|---|--|------------|------------|----------------|----------------|--------------------------------------|---------------------|
| Custo Unitário de Referência                    |  |            |            | Julho/2025     |                | Produção da equipe 622,95 m²         |                     |
| 5502985 Limpeza mecanizada da camada vegetal    |  |            |            |                |                | Valores em reais (R\$)               |                     |
| A - EQUIPAMENTOS                                |  | Quantidade | Utilização |                | Custo Horário  |                                      | Custo Horário Total |
|   |  |            | Operativa  | Improdutiva    | Produtivo      | Improdutivo                          |                     |
| E9540 Trator sobre esteiras com lâmina - 127 kW |  | 1,00000    | 1,00       | 0,00           | 462,0000       | 192,6045                             | 462,0000            |
|   |  |            |            |                |                | Custo horário total de equipamentos  | 462,0000            |
| B - MÃO DE OBRA                                 |  | Quantidade | Unidade    | Custo Horário  |                | Custo Horário Total                  |                     |
|   |  |            |            |                |                |                                      |                     |
| P9824 Servente                                  |  | 1,00000    | h          | 23,3134        |                | 23,3134                              |                     |
|   |  |            |            |                |                | Custo horário total de mão de obra   | 23,3134             |
|   |  |            |            |                |                | Custo horário total de execução      | 485,3134            |
|   |  |            |            |                |                | Custo unitário de execução           | 0,7791              |
|   |  |            |            |                |                | Custo do FIC                         | 0,03650             |
|   |  |            |            |                |                | Custo do FIT                         | -                   |
| C - MATERIAL                                    |  | Quantidade | Unidade    | Preço Unitário |                | Custo Unitário                       |                     |
|   |  |            |            |                |                | Custo unitário total de material     |                     |
| D - ATIVIDADES AUXILIARES                       |  | Quantidade | Unidade    | Custo Unitário |                | Custo Unitário                       |                     |
|   |  |            |            |                |                | Custo total de atividades auxiliares |                     |
|   |  |            |            |                |                | Subtotal                             | 0,8156              |
| E - TEMPO FIXO                                  |  | Código     | Quantidade | Unidade        | Custo Unitário |                                      | Custo Unitário      |
|   |  |            |            |                |                | Custo unitário total de tempo fixo   |                     |
| F - MOMENTO DE TRANSPORTE                       |  | Quantidade | Unidade    | DMT            |                |                                      | Custo Unitário      |
|   |  |            |            | LN             | RP             | P                                    |                     |
|   |  |            |            |                |                | Custo unitário total de transporte   |                     |
|   |  |            |            |                |                | Custo unitário direto total          | 0,82                |

ITEM 3.2 - Regularização do subleito - 100% Proctor intermediário

| SISTEMA DE CUSTOS REFERENCIAIS DE OBRAS - SICRO                |  |            |                                     | Pará                                 |                                    |                     | FIC 0,04690    |
|--|--|------------|-------------------------------------|--------------------------------------|------------------------------------|---------------------|----------------|
| Custo Unitário de Referência                                   |  |            |                                     | Julho/2025                           | Produção da equipe                 |                     | 672,80 m²      |
| 4011209 Regularização do subleito - 100% Proctor intermediário |  |            |                                     | Valores em reais (R\$)               |                                    |                     |                |
| A - EQUIPAMENTOS   |  | Quantidade | Utilização                          |                                      | Custo Horário                      |                     | Custo          |
|  |  |            | Operativa                           | Improdutiva                          | Produtivo                          | Improdutivo         | Horário Total  |
| E9571  | Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW                                  | 1,00000    | 0,61                                | 0,39                                 | 363,8237                           | 102,5907            | 261,9428       |
| E9518  | Grade de 24 discos rebocável de D = 60 cm (24")                                      | 1,00000    | 0,41                                | 0,59                                 | 5,0807                             | 3,5361              | 4,1706         |
| E9524  | Motoniveladora - 93 kW   | 1,00000    | 0,43                                | 0,57                                 | 347,4384                           | 154,6619            | 237,5558       |
| E9762  | Rolo compactador de pneus autopropelido de 27 t - 85 kW                              | 1,00000    | 0,96                                | 0,04                                 | 336,1309                           | 168,2453            | 329,4155       |
| E9685  | Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus de 11,6 t - 82 kW | 1,00000    | 1,00                                | 0,00                                 | 250,9213                           | 116,9132            | 250,9213       |
| E9577  | Trator agrícola sobre pneus - 77 kW  | 1,00000    | 0,41                                | 0,59                                 | 179,8478                           | 73,1339             | 116,8901       |
|  |  |            | Custo horário total de equipamentos |                                      |                                    |                     | 1.200,8961     |
| B - MÃO DE OBRA  |  | Quantidade | Unidade                             | Custo Horário                        |                                    | Custo Horário Total |                |
| P9824  | Servente   | 1,00000    | h                                   | 23,3134                              |                                    | 23,3134             |                |
|  |  |            |                                     | Custo horário total de mão de obra   |                                    | 23,3134             |                |
|  |  |            |                                     | Custo horário total de execução      |                                    | 1.224,2095          |                |
|  |  |            |                                     | Custo unitário de execução           |                                    | 1,8196              |                |
|  |  |            |                                     | Custo do FIC                         |                                    | 0,08530             |                |
|  |  |            |                                     | Custo do FIT                         |                                    | -                   |                |
| C - MATERIAL   |  | Quantidade | Unidade                             | Preço Unitário                       |                                    | Custo Unitário      |                |
|  |  |            |                                     | Custo unitário total de material     |                                    |                     |                |
| D - ATIVIDADES AUXILIARES                                      |  | Quantidade | Unidade                             | Custo Unitário                       |                                    | Custo Unitário      |                |
|  |  |            |                                     | Custo total de atividades auxiliares |                                    |                     |                |
|  |  |            |                                     | Subtotal                             |                                    | 1,9049              |                |
| E - TEMPO FIXO   |  | Código     | Quantidade                          | Unidade                              | Custo Unitário                     |                     | Custo Unitário |
|  |  |            |                                     |                                      | Custo unitário total de tempo fixo |                     |                |
| F - MOMENTO DE TRANSPORTE                                      |  | Quantidade | Unidade                             | DMT                                  |                                    |                     | Custo Unitário |
|  |  |            |                                     | LN                                   | RP                                 | P                   |                |
|  |  |            |                                     | Custo unitário total de transporte   |                                    |                     |                |
|  |  |            |                                     | Custo unitário direto total          |                                    |                     | 1,90           |
| Obs.   |  |            |                                     |                                      |                                    |                     |                |

ITEM 3.3 - Desmatamento, destocamento e limpeza de área com árvores de diâmetro até 0,15 m

| SISTEMA DE CUSTOS REFERENCIAIS DE OBRAS - SICRO   |  |            |            | Pará           |                | FIC 0,00781                          |                     |
|---|--|------------|------------|----------------|----------------|--------------------------------------|---------------------|
| Custo Unitário de Referência  |  |            |            | Julho/2025     |                | Produção da equipe 1.532,91 m²       |                     |
| 5501700 Desmatamento, destocamento e limpeza de área com árvores de diâmetro até 0,15 m |  |            |            |                |                | Valores em reais (R\$)               |                     |
| A - EQUIPAMENTOS  |  | Quantidade | Utilização |                | Custo Horário  |                                      | Custo Horário Total |
|   |  |            | Operativa  | Improdutiva    | Produtivo      | Improdutivo                          |                     |
| E9541 Trator sobre esteiras com lâmina - 259 kW   |  | 1,00000    | 1,00       | 0,00           | 1.039,2280     | 421,8638                             | 1.039,2280          |
|   |  |            |            |                |                | Custo horário total de equipamentos  |                     |
| B - MÃO DE OBRA   |  | Quantidade | Unidade    | Custo Horário  |                | Custo Horário Total                  |                     |
| P9824 Servente  |  | 2,00000    | h          | 23,3134        |                | 46,6268                              |                     |
|   |  |            |            |                |                | Custo horário total de mão de obra   |                     |
|   |  |            |            |                |                | 46,6268                              |                     |
|   |  |            |            |                |                | Custo horário total de execução      |                     |
|   |  |            |            |                |                | 1.085,8548                           |                     |
|   |  |            |            |                |                | Custo unitário de execução           |                     |
|   |  |            |            |                |                | 0,7084                               |                     |
|   |  |            |            |                |                | Custo do FIC                         |                     |
|   |  |            |            |                |                | 0,00550                              |                     |
|   |  |            |            |                |                | Custo do FIT                         |                     |
|   |  |            |            |                |                | -                                    |                     |
| C - MATERIAL  |  | Quantidade | Unidade    | Preço Unitário |                | Custo Unitário                       |                     |
|   |  |            |            |                |                | Custo unitário total de material     |                     |
| D - ATIVIDADES AUXILIARES   |  | Quantidade | Unidade    | Custo Unitário |                | Custo Unitário                       |                     |
|   |  |            |            |                |                | Custo total de atividades auxiliares |                     |
|   |  |            |            |                |                | Subtotal                             |                     |
|   |  |            |            |                |                | 0,7139                               |                     |
| E - TEMPO FIXO  |  | Código     | Quantidade | Unidade        | Custo Unitário |                                      | Custo Unitário      |
|   |  |            |            |                |                | Custo unitário total de tempo fixo   |                     |
| F - MOMENTO DE TRANSPORTE   |  | Quantidade | Unidade    | DMT            |                |                                      | Custo Unitário      |
|   |  |            |            | LN             | RP             | P                                    |                     |
|   |  |            |            |                |                | Custo unitário total de transporte   |                     |
|   |  |            |            |                |                | Custo unitário direto total          |                     |
|   |  |            |            |                |                | 0,71                                 |                     |
| Obs.  |  |            |            |                |                |                                      |                     |

ITEM 3.4 - Transporte com caminhão basculante com caçamba estanque com capacidade de 14 m³ - rodovia em revestimento primário

| SISTEMA DE CUSTOS REFERENCIAIS DE OBRAS - SICRO  |  |            | Pará                   |                                      | FIC 0,04690                        |                |                     |
|--|--|------------|------------------------|--------------------------------------|------------------------------------|----------------|---------------------|
| Custo Unitário de Referência   |  |            | Julho/2025             |                                      | Produção da equipe 435,75 tkm      |                |                     |
| 5901638 Transporte com caminhão basculante com caçamba estanque com capacidade de 14 m³ - rodovia em revestimento primário |  |            | Valores em reais (R\$) |                                      |                                    |                |                     |
| A - EQUIPAMENTOS   |  | Quantidade | Utilização             |                                      | Custo Horário                      |                | Custo               |
|  |  |            | Operativa              | Improdutiva                          | Produtivo                          | Improdutivo    | Horário Total       |
| E9575  | Caminhão basculante com caçamba estanque com capacidade de 14 m³ - 210 k/w | 1,00000    | 1,00                   | 0,00                                 | 325,8668                           | 101,4481       | 325,8668            |
| Custo horário total de equipamentos  |  |            |                        |                                      |                                    |                | 325,8668            |
| B - MÃO DE OBRA  |  | Quantidade | Unidade                | Custo Horário                        |                                    |                | Custo Horário Total |
|  |  |            |                        | Custo horário total de mão de obra   |                                    |                |                     |
|  |  |            |                        | Custo horário total de execução      |                                    |                | 325,8668            |
|  |  |            |                        | Custo unitário de execução           |                                    |                | 0,7478              |
|  |  |            |                        | Custo do FIC                         |                                    |                | 0,03510             |
|  |  |            |                        | Custo do FIT                         |                                    |                | -                   |
| C - MATERIAL   |  | Quantidade | Unidade                | Preço Unitário                       |                                    |                | Custo Unitário      |
|  |  |            |                        | Custo unitário total de material     |                                    |                |                     |
| D - ATIVIDADES AUXILIARES  |  | Quantidade | Unidade                | Custo Unitário                       |                                    |                | Custo Unitário      |
|  |  |            |                        | Custo total de atividades auxiliares |                                    |                |                     |
|  |  |            |                        | Subtotal                             |                                    |                | 0,7829              |
| E - TEMPO FIXO   |  | Código     | Quantidade             | Unidade                              | Custo Unitário                     |                | Custo Unitário      |
|  |  |            |                        |                                      | Custo unitário total de tempo fixo |                |                     |
| F - MOMENTO DE TRANSPORTE  |  | Quantidade | Unidade                | DMT                                  |                                    | Custo Unitário |                     |
|  |  |            |                        | LN                                   | RP                                 | P              |                     |
|  |  |            |                        | Custo unitário total de transporte   |                                    |                |                     |
|  |  |            |                        | Custo unitário direto total          |                                    |                | 0,78                |
| Obs.   |  |            |                        |                                      |                                    |                |                     |



ITEM 3.5 - Execução de revestimento primário com material de jazida - 100% Proctor intermediário

| SISTEMA DE CUSTOS REFERENCIAIS DE OBRAS - SICRO   |   |            |                                     | Pará                                 |                                    | FIC 0,04690            |                |
|---|---|------------|-------------------------------------|--------------------------------------|------------------------------------|------------------------|----------------|
| Custo Unitário de Referência  |   | Julho/2025 |                                     | Produção da equipe                   |                                    | 134,56 m³              |                |
| 4015612 Execução de revestimento primário com material de jazida - 100% Proctor intermediário |   |            |                                     |                                      |                                    | Valores em reais (R\$) |                |
| A - EQUIPAMENTOS  |   | Quantidade | Utilização                          |                                      | Custo Horário                      |                        | Custo          |
|   |   |            | Operativa                           | Improdutiva                          | Produtivo                          | Improdutivo            | Horário Total  |
| E9571   | Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW   | 1,00000    | 0,74                                | 0,26                                 | 363,8237                           | 102,5907               | 235,9031       |
| E9518   | Grade de 24 discos rebocável de D = 60 cm (24")   | 1,00000    | 0,41                                | 0,59                                 | 5,0807                             | 3,5381                 | 4,1706         |
| E9524   | Motoniveladora - 93 kW  | 1,00000    | 0,59                                | 0,41                                 | 347,4384                           | 154,6619               | 268,4000       |
| E9762   | Rolo compactador de pneus autopropelido de 27 t - 85 kW   | 1,00000    | 0,96                                | 0,04                                 | 336,1309                           | 168,2453               | 329,4155       |
| E9685   | Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus de 11,6 t - 82 kW                      | 1,00000    | 1,00                                | 0,00                                 | 250,9213                           | 116,9132               | 250,9213       |
| E9577   | Trator agrícola sobre pneus - 77 kW   | 1,00000    | 0,41                                | 0,59                                 | 179,8478                           | 73,1399                | 116,8901       |
|   |   |            | Custo horário total de equipamentos |                                      |                                    |                        | 1.265,7006     |
| B - MÃO DE OBRA   |   | Quantidade | Unidade                             | Custo Horário                        |                                    | Custo Horário Total    |                |
| P9824   | Servente  | 1,00000    | h                                   | 23,3134                              |                                    | 23,3134                |                |
|   |   |            |                                     | Custo horário total de mão de obra   |                                    | 23,3134                |                |
|   |   |            |                                     | Custo horário total de execução      |                                    | 1.289,0140             |                |
|   |   |            |                                     | Custo unitário de execução           |                                    | 9,5795                 |                |
|   |   |            |                                     | Custo do FIC                         |                                    | 0,44930                |                |
|   |   |            |                                     | Custo do FIT                         |                                    | -                      |                |
| C - MATERIAL  |   | Quantidade | Unidade                             | Preço Unitário                       |                                    | Custo Unitário         |                |
|   |   |            |                                     | Custo unitário total de material     |                                    |                        |                |
| D - ATIVIDADES AUXILIARES   |   | Quantidade | Unidade                             | Custo Unitário                       |                                    | Custo Unitário         |                |
| 4016096   | Escavação e carga de material de jazida com escavadeira hidráulica de 1,56 m³                             | 1,10027    | m³                                  | 1,7200                               |                                    | 1,8925                 |                |
|   |   |            |                                     | Custo total de atividades auxiliares |                                    | 1,8925                 |                |
|   |   |            |                                     | Subtotal                             |                                    | 11,9213                |                |
| E - TEMPO FIXO  |   | Código     | Quantidade                          | Unidade                              | Custo Unitário                     |                        | Custo Unitário |
| 4016096   | Escavação e carga de material de jazida com escavadeira hidráulica de 1,56 m³ - Caminhão basculante 10 m³ | 5914354    | 2,06301                             | t                                    | 1,9300                             |                        | 3,9816         |
|   |   |            |                                     |                                      | Custo unitário total de tempo fixo |                        | 3,9816         |
| F - MOMENTO DE TRANSPORTE   |   | Quantidade | Unidade                             | DMT                                  |                                    |                        | Custo Unitário |
|   |   |            |                                     | LN                                   | RP                                 | P                      |                |
| 4016096   | Escavação e carga de material de jazida com escavadeira hidráulica de 1,56 m³ - Caminhão basculante 10 m³ | 2,06301    | tkm                                 | 5914359                              | 5914374                            | 5914389                |                |
|   |   |            |                                     | Custo unitário total de transporte   |                                    |                        |                |
|   |   |            |                                     | Custo unitário direto total          |                                    |                        | 15,90          |
| Obs.  |   |            |                                     |                                      |                                    |                        |                |

ITEM 4.1 - Escavação mecânica com retroescavadeira em material de 1ª categoria

| SISTEMA DE CUSTOS REFERENCIAIS DE OBRAS - SICRO                             |  |            |            | Pará                   | FIC 0,04690                          |                     |
|---|--|------------|------------|------------------------|--------------------------------------|---------------------|
| Custo Unitário de Referência  |  |            |            | Julho/2025             | Produção da equipe                   | 26,00 m³            |
| 5501706 Escavação mecânica com retroescavadeira em material de 1ª categoria |  |            |            | Valores em reais (R\$) |                                      |                     |
| A - EQUIPAMENTOS  |  | Quantidade | Utilização |                        | Custo Horário                        |                     |
|   |  |            | Operativa  | Improdutiva            | Produtivo                            | Improdutivo         |
| E9526   | Retroescavadeira de pneus - capacidade da caçamba da pá-carregadeira de 0,76 m³ e da retroescavadeira de 0,29 m³ - 58 kW | 1,00000    | 1,00       | 0,00                   | 160,7734                             | 84,1733             |
|   |  |            |            |                        | Custo horário total de equipamentos  |                     |
|   |  |            |            |                        | 160,7734                             |                     |
| B - MÃO DE OBRA   |  | Quantidade | Unidade    | Custo Horário          |                                      | Custo Horário Total |
| P9824   | Servente   | 1,00000    | h          | 23,3134                |                                      | 23,3134             |
|   |  |            |            |                        | Custo horário total de mão de obra   |                     |
|   |  |            |            |                        | 23,3134                              |                     |
|   |  |            |            |                        | Custo horário total de execução      |                     |
|   |  |            |            |                        | 184,0868                             |                     |
|   |  |            |            |                        | Custo unitário de execução           |                     |
|   |  |            |            |                        | 7,0803                               |                     |
|   |  |            |            |                        | Custo do FIC                         |                     |
|   |  |            |            |                        | 0,33210                              |                     |
|   |  |            |            |                        | Custo do FIT                         |                     |
|   |  |            |            |                        | -                                    |                     |
| C - MATERIAL  |  | Quantidade | Unidade    | Preço Unitário         |                                      | Custo Unitário      |
|   |  |            |            |                        | Custo unitário total de material     |                     |
| D - ATIVIDADES AUXILIARES   |  | Quantidade | Unidade    | Custo Unitário         |                                      | Custo Unitário      |
|   |  |            |            |                        | Custo total de atividades auxiliares |                     |
|   |  |            |            |                        |                                      |                     |
|   |  |            |            |                        | Subtotal                             |                     |
|   |  |            |            |                        | 7,4124                               |                     |
| E - TEMPO FIXO  |  | Código     | Quantidade | Unidade                | Custo Unitário                       |                     |
|   |  |            |            |                        | Custo unitário total de tempo fixo   |                     |
|   |  |            |            |                        |                                      |                     |
| F - MOMENTO DE TRANSPORTE   |  | Quantidade | Unidade    | DMT                    |                                      |                     |
|   |  |            |            | LN                     | RP                                   | P                   |
|   |  |            |            |                        | Custo unitário total de transporte   |                     |
|   |  |            |            |                        | Custo unitário direto total          |                     |
|   |  |            |            |                        | 7,41                                 |                     |
| Obs.  |  |            |            |                        |                                      |                     |



Documento assinado digitalmente

LARA MARIA VALERIO LEMOS

Data: 28/11/2025 12:25:56-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



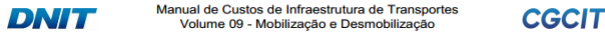
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPIRANGA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DEFESA CIVIL

|                      |                              |  |  |             |  |              |                        |                   |   |                          |                |                          |                    |
|----------------------|------------------------------|--|--|-------------|--|--------------|------------------------|-------------------|---|--------------------------|----------------|--------------------------|--------------------|
| OBRA:                |                              | RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA/PA |  |             |  |              |                        |                   |   |                          |                |                          |                    |
| PRÉ-INSTRUMENTO:     |                              | 979517   |  |             |  |              |                        |                   |   |                          |                |                          |                    |
| MUNICÍPIO:           |                              | ITUPIRANGA   |  |             |  |              |                        |                   |   |                          |                |                          |                    |
| ESTADO:              |                              | PARÁ   |  |             |  |              |                        |                   |   |                          |                |                          |                    |
| DATA:                |                              | NOVEMBRO DE 2025   |  |             |  |              |                        |                   |   |                          |                |                          |                    |
| DURAÇÃO (MESES):     |                              | 04 MESES   |  |             |  |              |                        |                   |   |                          |                |                          |                    |
| BASES DE REFERÊNCIA: |                              | SINAPI 08/2025   | BDI:<br><br>23,79%   |             |  |              |                        |                   | ENCARGOS SOCIAIS<br><br>Não Desonerado:<br><br>Horista: 118,23%<br><br>Mensalista: 71,76% |                          |                |                          |                    |
|                      |                              | SICRO3 07/2025   |  |             |  |              |                        |                   |   |                          |                |                          |                    |
| COMPOSIÇÃO ANALÍTICA |                              |  |  |             |  |              |                        |                   |   |                          |                |                          |                    |
| CP 02                | Mobilização e Desmobilização |  |  |             |  |              |                        |                   |   |                          |                | Unidade                  |                    |
| ITEM                 | BANCO                        | CÓDIGO   | EQUIPAMENTOS TRANSPORTADO  | REFERÊNCIA  | VEÍCULO TRANSPORTADO (DNIT - VOLUME 09)                          | QUANT. (UND) | ORIGEM                 | Distância (DM) km | Fator K   | FATOR DE UTILIZAÇÃO (FU) | VELOCIDADE (V) | CUSTO DO TRANSPORTE (CH) | PREÇO TOTAL (cMob) |
| 1                    | SICRO3                       | E9575  | Caminhão basculante com caçamba estanque com capacidade de 14 m³ - 210 kW  | -           | Condução por conta própria                                       | 1,00         | MUNICÍPIO DE MARABÁ/PA | 60,00             | 1,00  | 1,00                     | 60,00          | 326,00                   | R\$ 326,00         |
| 2                    | SICRO3                       | E9524  | Motoniveladora - 93 kW   | SICRO E9665 | Cavalo mecânico com semirreboque com capacidade de 20 t - 276 kW | 1,00         | MUNICÍPIO DE MARABÁ/PA | 60,00             | 1,00  | 1,00                     | 60,00          | 428,30                   | R\$ 428,30         |
| 3                    | SICRO3                       | E9571  | Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW  | -           | Condução por conta própria                                       | 1,00         | MUNICÍPIO DE MARABÁ/PA | 60,00             | 1,00  | 1,00                     | 60,00          | 363,82                   | R\$ 363,82         |
| 4                    | SICRO3                       | E9515  | Escavadeira hidráulica sobre esteiras com caçamba com capacidade de 1,56 m³ - 118 kW                                     | SICRO E9665 | Cavalo mecânico com semirreboque com capacidade de 20 t - 276 kW | 1,00         | MUNICÍPIO DE MARABÁ/PA | 60,00             | 1,00  | 1,00                     | 60,00          | 428,30                   | R\$ 428,30         |
| 5                    | SICRO3                       | E9685  | Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus de 11,6 t - 82 kW                                     | SICRO E9665 | Cavalo mecânico com semirreboque com capacidade de 20 t - 276 kW | 1,00         | MUNICÍPIO DE MARABÁ/PA | 60,00             | 1,00  | 0,50                     | 60,00          | 428,30                   | R\$ 214,15         |
| 6                    | SICRO3                       | E9577  | Trator agrícola sobre pneus - 77 kW  | SICRO E9665 | Cavalo mecânico com semirreboque com capacidade de 20 t - 276 kW | 1,00         | MUNICÍPIO DE MARABÁ/PA | 60,00             | 1,00  | 0,50                     | 60,00          | 428,30                   | R\$ 214,15         |
| 7                    | SICRO3                       | E9540  | Trator sobre esteiras com lâmina - 127 kW  | SICRO E9665 | Cavalo mecânico com semirreboque com capacidade de 20 t - 276 kW | 1,00         | MUNICÍPIO DE MARABÁ/PA | 60,00             | 1,00  | 0,50                     | 60,00          | 428,30                   | R\$ 214,15         |
| 8                    | SICRO3                       | E9526  | Retroescavadeira de pneus - capacidade da caçamba da pá-carregadeira de 0,76 m³ e da retroescavadeira de 0,29 m³ - 58 kW | SICRO E9665 | Cavalo mecânico com semirreboque com capacidade de 20 t - 276 kW | 1,00         | MUNICÍPIO DE MARABÁ/PA | 60,00             | 1,00  | 1,00                     | 60,00          | 428,30                   | R\$ 428,30         |
| 9                    | SICRO3                       | E9518  | Grade de 24 discos rebocável de D = 60 cm (24")  | SICRO E9665 | Cavalo mecânico com semirreboque com capacidade de 20 t - 276 kW | 1,00         | MUNICÍPIO DE MARABÁ/PA | 60,00             | 1,00  | 1,00                     | 60,00          | 428,30                   | R\$ 428,30         |
| 10                   | SICRO3                       | E9579  | Caminhão basculante com capacidade de 10 m³ - 210 kW   | -           | Condução por conta própria                                       | 1,00         | MUNICÍPIO DE MARABÁ/PA | 60,00             | 1,00  | 1,00                     | 60,00          | 311,80                   | R\$ 311,80         |

|       |        |       |   |             |  |      |                        |       |      |      |       |        |     |          |
|-------|--------|-------|---|-------------|--|------|------------------------|-------|------|------|-------|--------|-----|----------|
| 11    | SICRO3 | E9541 | Trator sobre esteiras com lâmina - 259 kW               | SICRO E9665 | Cavalo mecânico com semirreboque com capacidade de 20 t - 276 kW | 1,00 | MUNICÍPIO DE MARABÁ/PA | 60,00 | 1,00 | 1,00 | 60,00 | 428,30 | R\$ | 428,30   |
| 12    | SICRO3 | E9762 | Rolo compactador de pneus autopropelido de 27 t - 85 kW | SICRO E9665 | Cavalo mecânico com semirreboque com capacidade de 20 t - 276 kW | 1,00 | MUNICÍPIO DE MARABÁ/PA | 60,00 | 1,00 | 0,50 | 60,00 | 428,30 | R\$ | 214,15   |
| TOTAL |        |       |   |             |  |      |                        |       |      |      |       |        | R\$ | 3.999,72 |

OBSERVAÇÕES:

- 1 - Considerou-se o município de Marabá/PA como origem dos equipamentos a serem utilizados na execução da obra, tendo em vista que o referido município constitui um importante centro regional, com ampla disponibilidade de infraestrutura, serviços de apoio e fornecedores especializados. Além disso, sua proximidade em relação ao local da obra contribui para a otimização logística, redução de custos com transporte e maior agilidade no atendimento às demandas operacionais durante a execução dos serviços;
- 2 - Para o cálculo de Mobilização e Desmobilização foi utilizada a metodologia contemplada no Manual de Custos de Infraestrutura de Transporte (Volume 09 - Mobilização e Desmobilização) do DNIT, conforme demonstrado na figura abaixo.



7. CUSTOS DE MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO

Segundo a nova metodologia, os custos de mobilização de um determinado projeto podem ser definidos em função de composições de custos de referência elaboradas para os diferentes veículos transportadores, conforme expressão apresentada abaixo:

$$CM_{ob} = \left( \frac{DM \times K \times FU}{V} \right) \times CH$$

onde:

CM<sub>ob</sub> representa o custo de mobilização;  
DM representa a distância de mobilização, em quilômetros (km) ou em milhas náuticas (mi);  
K representa o fator relacionado à necessidade de retorno do veículo a sua origem;  
FU representa o fator de utilização do veículo transportador;  
V representa a velocidade média de transporte, em km/h ou nós;  
CH representa o custo horário do veículo transportador.

O fator K será igual a 1 quando o veículo não retornar e 2 quando o veículo transportador retornar ao local de origem.

Já o fator FU representa o inverso do número de equipamentos a serem transportados nos diferentes veículos transportadores.

Documento assinado digitalmente  
**LARA MARIA VALERIO LEMOS**  
Data: 28/11/2025 10:16:48-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Lara Maria Valério Lemos  
Engenheira Civil - CREA/PA nº: 151743811-0

|                                    |        |  |   |                                     |  |       |             |                  |   |  |
|------------------------------------|--------|--|---|-------------------------------------|--|-------|-------------|------------------|---|--|
| OBRA:                              |        | RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA/PA |   |                                     | Bancos   |       | B.D.I.      |                  | Encargos Sociais  |  |
| PRÉ-INSTRUMENTO:                   |        | 979517   |   |                                     | SINAPI - 08/2025 - Pará<br>SICRO7 - 07/2025 - Pará |       | 23,79%      |                  | Não Desonerado:<br>Horista: 118,23%<br>Mensalista: 71,76% |  |
| MUNICÍPIO:                         |        | ITUPIRANGA   |   |                                     |  |       |             |                  |   |  |
| ESTADO:                            |        | PARÁ   |   |                                     |  |       |             |                  |   |  |
| DATA:                              |        | NOVEMBRO DE 2025   |   |                                     |  |       |             |                  |   |  |
| DURAÇÃO (MESES):                   |        | 04 MESES   |   |                                     |  |       |             |                  |   |  |
| Planilha de Composições Analíticas |        |  |   |                                     |  |       |             |                  |   |  |
| 1.1                                | Código | Banco  | Descrição   | Tipo                                |  | Und   | Quant.      | Valor Unit       | Total   |  |
| Composição                         | CP 01  | Próprio  | ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE OBRA                                 | SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS            |  | UN    | 1,0000000   | 63.535,96        | 63.535,96   |  |
| Composição Auxiliar                | 90777  | SINAPI   | ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros |  | H     | 192,0000000 | 132,16           | 25.374,72   |  |
| Composição Auxiliar                | 90776  | SINAPI   | ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES               | Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros |  | H     | 640,0000000 | 26,02            | 16.652,80   |  |
| Insumo                             | E9512  | SICRO3   | Veículo leve - 53 kW  | Equipamento                         |  | H     | 320,0000000 | 67,21            | 21.508,44   |  |
|                                    |        |  |   | MO sem LS =>                        | 18.215,20  | LS => | 21.535,84   | MO com LS =>     | 39.751,04   |  |
|                                    |        |  |   | Valor do BDI =>                     | 15.115,20  |       |             | Valor com BDI => | 78.651,16   |  |
| 2.1                                | Código | Banco  | Descrição   | Tipo                                |  | Und   | Quant.      | Valor Unit       | Total   |  |
| Composição                         | CP 02  | Próprio  | MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO                                | SEOP - SERVIÇOS OPERACIONAIS        |  | UN    | 1,0000000   | 3.999,72         | 3.999,72  |  |
| Insumo                             | CP 02  | Próprio  | MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS                | Outros                              |  | UN    | 1,0000000   | 3.999,72         | 3.999,72  |  |
|                                    |        |  |   | MO sem LS =>                        | 0,00   | LS => | 0,00        | MO com LS =>     | 0,00  |  |
|                                    |        |  |   | Valor do BDI =>                     | 951,53   |       |             | Valor com BDI => | 4.951,25  |  |

Documento assinado digitalmente



**LARA MARIA VALERIO LEMOS**  
Data: 28/11/2025 10:14:06-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Lara Maria Valério Lemos  
Engenheira Civil - CREA/PA nº: 151743811-0

|                       |  |  |                              |  |            |                          |             |   |                |
|-----------------------|--|--|------------------------------|--|------------|--------------------------|-------------|---|----------------|
| OBRA:                 | RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA/PA |  |                              | Bancos:  |            | B.D.I.                   |             | Encargos Sociais  |                |
| PRÉ-INSTRUMENTO:      | 979517   |  |                              | SINAPI - 08/2025 - Pará<br>SICRO3 - 07/2025 - Pará |            | 23,79%                   |             | Não Desonerado:<br>Horista: 118,23%<br>Mensalista: 71,76% |                |
| MUNICÍPIO:            | ITUPIRANGA   |  |                              |  |            |                          |             |   |                |
| ESTADO:               | PARÁ   |  |                              |  |            |                          |             |   |                |
| DATA:                 | NOVEMBRO DE 2025   |  |                              |  |            |                          |             |   |                |
| DURAÇÃO (MESES):      | 04 MESES   |  |                              |  |            |                          |             |   |                |
| Curva ABC de Serviços |  |  |                              |  |            |                          |             |   |                |
| Código                | Banco  | Descrição  | Tipo                         | Unidade  | Quantidade | Valor Unit. c/ BDI (R\$) | Total (R\$) | Peso  | Peso Acumulado |
| 4011209               | SICRO3   | Regularização do subleito - 100% Proctor intermediário   |                              | m²   | 198.000,0  | 2,35                     | 465.300,00  | 39,43%  | 39,43%         |
| 4015612               | SICRO3   | Execução de revestimento primário com material de jazida - 100% Proctor intermediário                              |                              | m³   | 19.800,0   | 19,56                    | 387.288,00  | 32,82%  | 72,24%         |
| 5901638               | SICRO3   | Transporte com caminhão basculante com caçamba estanque com capacidade de 14 m³ - rodovia em revestimento primário |                              | tkm  | 167.433,75 | 0,97                     | 162.410,75  | 13,76%  | 86,01%         |
| CP 01                 | Próprio  | ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE OBRA  | SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS     | UN   | 1,0        | 78.651,16                | 78.651,16   | 6,66%   | 92,67%         |
| 5501700               | SICRO3   | Desmatamento, destocamento e limpeza de área com árvores de diâmetro até 0,15 m                                    |                              | m²   | 66.000,0   | 0,88                     | 58.080,00   | 4,92%   | 97,59%         |
| 5502985               | SICRO3   | Limpeza mecanizada da camada vegetal   |                              | m²   | 10.840,0   | 1,02                     | 11.056,80   | 0,94%   | 98,53%         |
| CP 02                 | Próprio  | MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO   | SEOP - SERVIÇOS OPERACIONAIS | UN   | 2,0        | 4.951,25                 | 9.902,50    | 0,84%   | 99,37%         |
| 5501706               | SICRO3   | Escavação mecânica com retroescavadeira em material de 1ª categoria  |                              | m³   | 440,0      | 9,01                     | 3.964,40    | 0,34%   | 99,70%         |
| 103689                | SINAPI   | FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS             | Sinalização Vertical Viária  | m²   | 6,0        | 583,40                   | 3.500,40    | 0,30%   | 100,00%        |

Documento assinado digitalmente



**LARA MARIA VALERIO LEMOS**  
Data: 28/11/2025 10:14:06-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Lara Maria Valério Lemos  
Engenheira Civil - CREA/PA nº: 151743811-0

|                  |  |                         |        |                    |
|------------------|--|-------------------------|--------|--------------------|
| OBRA:            | RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA/PA | Bancos                  | B.D.I. | Encargos Sociais   |
| PRÉ-INSTRUMENTO: | 979517   | SINAPI - 08/2025 - Pará | 23,79% | Não Desonerado:    |
| MUNICÍPIO:       | ITUPIRANGA   | SICRO3 - 07/2025 - Pará |        | Horista: 118,23%   |
| ESTADO:          | PARÁ   |                         |        | Mensalista: 71,76% |
| DATA:            | NOVEMBRO DE 2025   |                         |        |                    |
| DURAÇÃO (MESES): | 04 MESES   |                         |        |                    |

Memória de Cálculo da DMT

CÁLCULO DA DMT - JAZIDA NA MARGEM DO TRECHO

| DESCRIÇÃO TRECHO  | JAZIDA UTILIZADA | COORDENADAS LOCALIZAÇÃO DA JAZIDA | EXTENSÃO DO TRECHO (km) | EXTENSÃO TOTAL DO TRECHO/2 (km) | QUANTIDADE DE JAZIDAS (UN) | DMT TOTAL APROXIMADO (EXTENSÃO TOTAL DO TRECHO/2 / QUANTIDADE DE JAZIDAS) |
|-------------------|------------------|-----------------------------------|-------------------------|---------------------------------|----------------------------|---|
| TRECHO 01 (ÚNICO) | JAZIDA 01        | 5°15'58.92"S;<br>49°18'59.57"O.   | 33,00                   | 16,50                           | 4,00                       | 4,1   |
|                   | JAZIDA 02        | 5°16'44.70"S;<br>49°19'42.75"O    |                         |                                 |                            |   |
|                   | JAZIDA 03        | 5°16'53.99"S; 49°21'32.94"O       |                         |                                 |                            |   |
|                   | JAZIDA 04        | 5°18'55.88"S; 49°28'24.80"O       |                         |                                 |                            |   |

Lara Maria Valério Lemos  
Engenheira Civil - CREA/PA nº: 151743811-0

Documento assinado digitalmente



LARA MARIA VALERIO LEMOS  
Data: 28/11/2025 10:16:48-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPIRANGA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DEFESA CIVIL

|                      |  |                |   |
|----------------------|--|----------------|---|
| OBRA:                | RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA/PA |                |   |
| PRÉ-INSTRUMENTO:     | 979517   |                |   |
| MUNICÍPIO:           | ITUPIRANGA   |                |   |
| ESTADO:              | PARÁ   |                |   |
| DATA:                | NOVEMBRO DE 2025   |                |   |
| DURAÇÃO (MESES):     | 04 MESES   |                |   |
| BASES DE REFERÊNCIA: | SINAPI 08/2025   | BDI:<br>23,79% | ENCARGOS SOCIAIS<br>Não Desonerado:<br>Horista: 118,23%<br>Mensalista: 71,76% |
|                      | SICRO3 07/2025   |                |   |

MEMÓRIA DE CÁLCULO

| ITEM  | CODIGO  | BANCO   | DESCRIÇÃO  | UNIDADE | DESCRIÇÃO   |
|-------|---------|---------|--|---------|---|
| 1     |         |         | ADMINISTRAÇÃO LOCAL  |         |   |
| 1.1   | CP 01   | PRÓPRIO | ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE OBRA  | UN      | Uma unidade de serviço com base nas composições de serviços listadas abaixo nos itens 1.1.1, 1.1.2 e 1.1.3.   |
| 1.1.1 | 90776   | SINAPI  | ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES  | h       | Quantidade de Horas Dia = 8 h/dia;<br>Quantidade de Dias na Semana = 5 dias/semana;<br>Quantidade de Semanas por Mês = 4 semanas/mês;<br>Quantidade de meses de Execução = 4 meses;<br><b>Total = 8,00 x 5,00 x 4,00 x 4,00 = 640 horas.</b>  |
| 1.1.2 | 90777   | SINAPI  | ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES  | h       | Quantidade de Horas Dia trabalhadas = 4 h/dia;<br>Quantidade de Dias na Semana = 3 dia/semana;<br>Quantidade de Semanas por Mês = 4 semanas/mês;<br>Quantidade de meses de Execução = 4 meses;<br><b>Total = 4,00 x 3,00 x 4,00 x 4,00 = 192 horas.</b>   |
| 1.1.3 | E9512   | SICRO3  | Veículo leve - 53 kW   | h       | Quantidade de Horas Dia = 4 h/dia;<br>Quantidade de Dias na Semana = 5 dias/semana;<br>Quantidade de Semanas por Mês = 4 semanas/mês;<br>Quantidade de meses de Execução = 4 meses;<br><b>Total = 4,00 x 5,00 x 4,00 x 4,00 = 320 horas.</b>  |
| 2     |         |         | SERVIÇOS COMPLEMENTARES  |         |   |
| 2.1   | CP 02   | PRÓPRIO | MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO   | UN      | 01 Conjunto de Mobilização e 01 Desmobilização para 01 unidade de obra (verificar detalhamento da composição analítica do serviço em anexo);<br><b>Total = 2 unidades.</b>  |
| 2.2   | 103689  | SINAPI  | FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS             | m²      | Quantidade de Placa = 1,00 unidade;<br>Dimensões: Altura = 2,00 metros; Largura = 3,00 metros;<br><b>Área Total = 2,00 x 3,00 = 6,00 m².</b>  |
| 3     |         |         | TERRAPLENAGEM  |         |   |
| 3.1   | 5502985 | SICRO3  | Limpeza mecanizada da camada vegetal   | m²      | Quantidade de jazidas = 4,00 unidades;<br><b>Área Total Aproximada das Jazidas = 10.840,00 m².</b>  |
| 3.2   | 4011209 | SICRO3  | Regularização do subleito - 100% Proctor intermediário   | m²      | Extensão do Trecho = 33.000,00 m (33,00 km);<br>Largura Média da Via = 6,00 m;<br><b>Total = 33.000,00 x 6,00 = 198.000,00 m².</b>  |
| 3.3   | 5501700 | SICRO3  | Desmatamento, destocamento e limpeza de área com árvores de diâmetro até 0,15 m                                    | m²      | Extensão do Trecho = 33.000,00 m (33,00 km);<br>Largura de corte = 1,00 m para cada lado;<br>Quantidade de lados = 2,00 unidades;<br>Largura total de cortes laterais = 1,00 x 2,00 = 2,00 m;<br><b>Total = 33.000,00 x 2,00 = 66.000,00 m².</b>  |
| 3.4   | 5901638 | SICRO3  | Transporte com caminhão basculante com caçamba estanque com capacidade de 14 m³ - rodovia em revestimento primário | tkm     | Volume de corte = Extensão x largura da via x espessura = 33.000,00 x 6,00 x 0,10 = <b>19.800,00 m³</b> ;<br>Fator de consumo (SICRO) = 1,10;<br>Fator de conversão (SICRO) = 1,8750 ton/m³;<br>Distância Média de Transporte = 4,10 km;<br><b>Total = 19.800,00 x 1,10 x 1,8750 x 4,10 = 167.433,75 tkm.</b>   |
| 3.5   | 4015612 | SICRO3  | Execução de revestimento primário com material de jazida - 100% Proctor intermediário                              | m³      | Comprimento do Trecho = 33.000,00 m (33,00km);<br>Largura Média da Via = 6,00 m;<br>Espessura da camada de revestimento = 0,10 m;<br><b>Total = 33.000,00 * 6,00 * 0,10 = 19.800,00 m³.</b>   |
| 4     |         |         | DRENAGEM   |         |   |
| 4.1   | 5501706 | SICRO3  | Escavação mecânica com retroescavadeira em material de 1ª categoria  | m³      | Extensão do Trecho = 33.000,00 m;<br>Espaçamento médio entre Saídas D'água = 150,00 metros;<br>Quantidade de lados = 2,00 unidades;<br>Quantidade de Saídas D'água = (32.000,00 x 2,00) / 150,00 = 440,00 Saídas D'água;<br>Volume de Escavação = Comprimento x Largura x Altura = 2,00 x 1,00 x 0,50 = 1,00 m³;<br><b>Total = 440,00 x 1,00 = 440,00 m³.</b> |



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPIRANGA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DEFESA CIVIL

|                      |  |                |   |
|----------------------|--|----------------|---|
| OBRA:                | RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA/PA |                |   |
| PRÉ-INSTRUMENTO:     | 979517   |                |   |
| MUNICÍPIO:           | ITUPIRANGA   |                |   |
| ESTADO:              | PARÁ   |                |   |
| DATA:                | NOVEMBRO DE 2025   |                |   |
| DURAÇÃO (MESES):     | 04 MESES   |                |   |
| BASES DE REFERÊNCIA: | SINAPI 08/2025   | BDI:<br>23,79% | ENCARGOS SOCIAIS<br>Não Desonerado:<br>Horista: 118,23%<br>Mensalista: 71,76% |
|                      | SICRO3 07/2025   |                |   |

MEMÓRIA DE CÁLCULO

| ITEM | CODIGO | BANCO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | DESCRIÇÃO |
|------|--------|-------|-----------|---------|-----------|
|------|--------|-------|-----------|---------|-----------|



Documento assinado digitalmente  
LARA MARIA VALERIO LEMOS  
Data: 28/11/2025 10:17:59-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Lara Maria Valério Lemos  
Engenheira Civil - CREA/PA nº: 151743811-0

**COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DE BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS (BDI) - GERAL**

|                  |  |  |        |   |
|------------------|--|--|--------|---|
| OBRA:            | RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA/PA | Bancos   | B.D.I. | Encargos Sociais  |
| PRÉ-INSTRUMENTO: | 979517   | SINAPI - 08/2025 - Pará<br>SICRO3 - 07/2025 - Pará | 23,79% | Não Desonerado:<br>Horista: 118,23%<br>Mensalista: 71,76% |
| MUNICÍPIO:       | ITUPIRANGA   |  |        |   |
| ESTADO:          | PARÁ   |  |        |   |
| DATA:            | NOVEMBRO DE 2025   |  |        |   |
| DURAÇÃO (MESES): | 04 MESES   |  |        |   |

**DECLARAÇÃO**

Declaro, para os devidos fins, que a alternativa de incidência da contribuição previdenciária sobre folha de pagamento para a planilha orçamentária do presente Projeto Básico de Engenharia foi **SEM DESONERAÇÃO**, pois tornou-se a mais vantajosa para esta Administração Pública, uma vez que a meta estipulada alcançou uma maior área a ser beneficiada. Em ambas planilhas orçamentárias, no cálculo do BDI adotado, foram utilizados os mesmos valores de seus componentes e, ainda, declaro que os percentuais relativos aos impostos estão de acordo com o que emanam as leis pertinentes. Para fins de verificação do BDI em relação aos limites definidos no Acórdão 2.622/2013 do Plenário do TCU, a obra foi enquadrada como: Construção de rodovias e ferrovias. Ademais, informo que o percentual de BDI adotado foi obtido a partir da fórmula abaixo, seguida do memorial de cálculo do índice.

Fórmula (Bonificações e Despesas Indiretas):

$$BDI = \left[ \frac{(1 + (AC + S + R + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - D)} - 1 \right] \times 100$$

| ITEM      | DESCRIÇÃO             | CÓDIGO | GERAL<br>VALORES PROPOSTOS (%) |
|-----------|-----------------------|--------|--------------------------------|
| 1         | Administração Central | AC     | 3,80%                          |
| 2         | Riscos                | R      | 0,50%                          |
| 3         | Seguros e Garantias   | SG     | 0,32%                          |
| 4         | Despesas Financeiras  | DF     | 1,02%                          |
| 5         | Lucro                 | L      | 7,00%                          |
| 6         | Impostos              | I      | 8,65%                          |
| 6.1       | PIS                   |        | 0,65%                          |
| 6.2       | COFINS                |        | 3,00%                          |
| 6.3       | ISSQN                 |        | 5,00%                          |
| 6.4       | CPRB                  |        | -                              |
| BDI GERAL |                       |        | 23,79%                         |

**FONTE:**

- Parâmetros baseados no Tribunal de Contas da União - TCU 036.076/2011-2 - Acórdão TCU Nº 2622/2013;
- ISSQN conforme a Lei nº 233/2021, de 24 de dezembro de 2021, da Prefeitura Municipal de Itupiranga-PA.

**NOTAS:**

- Deverão ser obedecidas as legislações trabalhistas e tributária vigentes, inclusive acordos de classes, sob pena de desclassificação da Proposta de Preços;
- É de responsabilidade da proponente a adequação de todas as fórmulas utilizadas na planilha orçamentária.



Documento assinado digitalmente

**LARA MARIA VALERIO LEMOS**

Data: 28/11/2025 10:16:48-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Lara Maria Valério Lemos**

Engenheira Civil - CREA/PA nº: 151743811-0



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPIRANGA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DEFESA CIVIL

|                  |  |
|------------------|--|
| OBRA:            | RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA/PA |
| PRÉ-INSTRUMENTO: | 979517   |
| MUNICÍPIO:       | ITUPIRANGA   |
| ESTADO:          | PARÁ   |
| DATA:            | NOVEMBRO DE 2025   |
| DURAÇÃO (MESES): | 04 MESES   |

ENCARGOS SOCIAIS

| COD      | DESCRIÇÃO  | HORA %         | MES %          |
|----------|--|----------------|----------------|
| <b>A</b> | <b>GRUPO A</b>   |                |                |
| A1       | INSS   | 20,0000        | 20,0000        |
| A2       | SESI   | 1,5000         | 1,5000         |
| A3       | SENAI  | 1,0000         | 1,0000         |
| A4       | INCRA  | 0,2000         | 0,2000         |
| A5       | SEBRAE   | 0,6000         | 0,6000         |
| A6       | Salário Educação   | 2,5000         | 2,5000         |
| A7       | Seguro Contra Acidentes de Trabalho                                  | 3,0000         | 3,0000         |
| A8       | FGTS   | 8,0000         | 8,0000         |
| A9       | SECONCI  | 0,0000         | 0,0000         |
|          | <b>TOTAL</b>   | <b>36,8000</b> | <b>36,8000</b> |
| <b>B</b> | <b>GRUPO B</b>   |                |                |
| B1       | Repouso Semanal Remunerado   | 18,1300        | 0,0000         |
| B2       | Feriados   | 4,1600         | 0,0000         |
| B3       | Auxílio - Enfermidade  | 0,8700         | 0,6500         |
| B4       | 13º Salário  | 11,2200        | 8,3300         |
| B5       | Licença PaternidadeE   | 0,0700         | 0,0500         |
| B6       | Faltas Justificadas  | 0,7500         | 0,5600         |
| B7       | Dias de Chuvas   | 2,8300         | 0,0000         |
| B8       | Auxílio Acidente de Trabalho   | 0,1000         | 0,0700         |
| B9       | Férias Gozadas   | 12,8200        | 9,5300         |
| B10      | Salário Maternidade  | 0,0300         | 0,0300         |
|          | <b>TOTAL</b>   | <b>50,9800</b> | <b>19,2200</b> |
| <b>C</b> | <b>GRUPO C</b>   |                |                |
| C1       | Aviso Prévio Indenizado  | 5,8100         | 4,3200         |
| C2       | Aviso Prévio Trabalhado  | 0,1400         | 0,1000         |
| C3       | Férias Indenizadas   | 1,7700         | 1,3100         |
| C4       | Depósito Rescisão Sem Justa Causa                                    | 2,9600         | 2,2000         |
| C5       | Indenização Adicional  | 0,4900         | 0,3600         |
|          | <b>TOTAL</b>   | <b>11,1700</b> | <b>8,2900</b>  |
| <b>D</b> | <b>GRUPO D</b>   |                |                |
| D1       | Reincidência de Grupo A sobre Grupo B                                | 18,7600        | 7,0700         |
| D2       | Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência | 0,5200         | 0,3800         |
|          | <b>TOTAL</b>   | <b>19,2800</b> | <b>7,4500</b>  |

Horista: 118,23%  
Mensalista: 71,76%  
A + B + C + D



Documento assinado digitalmente  
LARA MARIA VALERIO LEMOS  
Data: 28/11/2025 10:16:48-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LARA MARIA VALÉRIO LEMOS  
ENGENHEIRA CIVIL - CREA-PA N°: 1517438110



### ANEXO III

#### MINUTA DE CONTRATO

(Processo Administrativo nº20260206002)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../...., QUE  
FAZEM ENTRE SI O ITUPIRANGA, POR  
INTERMÉDIO DO (A)  
..... E  
.....

1. O MUNICÍPIO DE **ITUPIRANGA**, através da PREFEITURA MUNICIPAL com sede na ....., na cidade de ..... /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... Prefeito do **ITUPIRANGA**, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ....., tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência Eletrônica n. ...., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente instrumento é a **EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EM ESTRADAS VACINAIS NO MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA/PA EM CONFORMIDADE AO CONVÊNIO 979517/2025 – [TRANSFEREGOV.BR](https://transferegov.br) Nº 047737/2025, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA/MAPA E O MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA/PA.**

1.1. Objeto da contratação:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|---------------|------------|----------------|-------------|
| 1    |               |            |                |             |
| 2    |               |            |                |             |
| 3    |               |            |                |             |
| 4    |               |            |                |             |

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Projeto Básico;
- 1.2.2. O Edital da Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do contratado;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.



1.3. O regime de execução é o de empreitada por preço global.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) ....., na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Edital, anexo a este Contrato.

## **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no edital da Concorrência Eletrônica nº xxxxxxxx, anexo a este Contrato.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice \_\_\_\_\_), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).





7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.5. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Edital e seus anexos;

8.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11.1. A Administração terá o prazo de XXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.

8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.



8.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

8.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

8.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

8.17. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.18. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.



- 9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.24. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 9.25. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 9.26. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 9.27. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 9.28. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 9.29. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 9.30. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 9.31. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 9.32. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.



9.33. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Edital e seus anexos, em plena validade.

9.34. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

9.35. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

9.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

9.37. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.38. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.39. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.40. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

10.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;



- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

- (1) Moratória de .....% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de ..... (.....) dias;.
- (2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de ....% a ...% do valor do Contrato.
- (3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de ....% a ...% do valor do Contrato.
- (4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato.
- (5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)



11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).



### **13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I.Gestão/Unidade:

II.Fonte de Recursos:

III.Programa de Trabalho:

IV.Elemento de Despesa:

V.Plano Interno:

VI.Nota de Empenho:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.



## 17. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

17.1. Fica eleito o Foro da cidade de ITUPIRANGA /PA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

ITUPIRANGA/PA, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20XX.

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

